

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	2.430.624	2.477.806
1.01	Ativo Circulante	104.373	150.488
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	39.480	16.916
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.229	4.102
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.229	4.102
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.664	129.470
1.01.08.03	Outros	62.664	129.470
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	62.616	129.451
1.01.08.03.03	Outros Créditos	48	19
1.02	Ativo Não Circulante	2.326.251	2.327.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.342	158.380
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.262	4.262
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.602	16.640
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.602	16.640
1.02.02	Investimentos	2.160.274	2.160.922
1.02.02.01	Participações Societárias	2.160.274	2.160.922
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	18.742	26.689
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.013.556	2.002.698
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127.976	131.535
1.02.03	Imobilizado	52	56
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	52	56
1.02.04	Intangível	7.583	7.960
1.02.04.01	Intangíveis	7.583	7.960
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.583	7.960

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	2.430.624	2.477.806
2.01	Passivo Circulante	75.921	126.458
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	935	669
2.01.01.01	Obrigações Sociais	935	669
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	935	669
2.01.02	Fornecedores	1.191	1.928
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.191	1.928
2.01.03	Obrigações Fiscais	121	1.426
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	110	1.416
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	89	80
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	21	1.336
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11	10
2.01.05	Outras Obrigações	73.674	122.435
2.01.05.02	Outros	73.674	122.435
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	73.467	122.219
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	207	216
2.02	Passivo Não Circulante	6.437	7.890
2.02.04	Provisões	6.437	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.348.266	2.343.458
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	316
2.03.04	Reservas de Lucros	999.375	1.345.927
2.03.04.01	Reserva Legal	138.085	138.085
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	861.290	1.183.472
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	24.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.973	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-28.398	-20.485

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-58.051	27.292	37.312	27.949
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.422	-23.165	-7.370	-20.703
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.453	0	17
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-51.629	49.004	44.683	48.635
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-58.051	27.292	37.312	27.949
3.06	Resultado Financeiro	810	1.768	234	1.405
3.06.01	Receitas Financeiras	1.308	3.276	756	2.975
3.06.02	Despesas Financeiras	-498	-1.508	-522	-1.570
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-57.241	29.060	37.546	29.354
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-57.241	29.060	37.546	29.354
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-57.241	29.060	37.546	29.354
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,40040	0,71090	0,91850	0,71810
3.99.01.02	PN	-1,54040	0,78200	1,01040	0,78990
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,40040	0,71090	0,91850	0,71810
3.99.02.02	PN	-1,54040	0,78200	1,01040	0,78990

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-57.241	29.060	37.546	29.354
4.03	Resultado Abrangente do Período	-57.241	29.060	37.546	29.354

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.818	-20.091
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.915	-18.167
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	29.060	29.354
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.482	1.482
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-49.004	-48.635
6.01.01.05	Despesa com Juros e Variações Monetárias	0	-368
6.01.01.07	Contingências	-1.453	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	97	-1.924
6.01.02.02	Outros Ativos	-28	1.961
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	1.873	4.672
6.01.02.04	Fornecedores	-737	401
6.01.02.05	Salários e Encargos	266	159
6.01.02.06	Tributos a pagar	-1.305	-4.623
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	38	-4.485
6.01.02.10	Outros Passivos	-10	-9
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	115.386	56.631
6.02.04	Dividendos Recebidos	115.386	56.631
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-73.004	-42.362
6.03.01	Partes Relacionadas	0	11.297
6.03.02	Dividendos Pagos	-73.004	-53.659
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.564	-5.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.916	30.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.480	24.184

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.973	-7.913	29.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.060	0	29.060
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.913	-7.913	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.913	-7.913	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	36.973	-28.398	2.348.266



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.370	0	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.321	-23.967	29.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.354	0	29.354
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.967	-23.967	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	23.967	-23.967	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	53.321	166.346	2.160.446

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.363	-2.397
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.816	-2.414
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.453	17
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.363	-2.397
7.04	Retenções	-1.482	-1.482
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.482	-1.482
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.845	-3.879
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.280	51.610
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.004	48.635
7.06.02	Receitas Financeiras	3.276	2.975
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.435	47.731
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.435	47.731
7.08.01	Pessoal	20.064	17.938
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.064	17.938
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	249	313
7.08.02.01	Federais	249	313
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	62	126
7.08.03.01	Juros	30	92
7.08.03.02	Aluguéis	32	34
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.060	29.354
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.060	29.354

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	7.407.418	6.171.127
1.01	Ativo Circulante	3.409.178	5.197.493
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	829.589	449.789
1.01.03	Contas a Receber	1.324.002	1.016.683
1.01.03.01	Clientes	1.195.316	892.317
1.01.03.01.01	Clientes	1.524.543	1.252.251
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-329.227	-359.934
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	128.686	124.366
1.01.04	Estoques	8.194	8.710
1.01.06	Tributos a Recuperar	156.330	53.876
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	156.330	53.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.091.063	3.668.435
1.01.08.03	Outros	1.091.063	3.668.435
1.01.08.03.02	Ativo Indenizatório - concessão	0	2.890.451
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	7.950	14.212
1.01.08.03.04	Outros Créditos	670.882	313.206
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A	412.231	450.566
1.02	Ativo Não Circulante	3.998.240	973.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.277.229	443.626
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	18.957	8.401
1.02.01.03.01	Clientes	17.302	6.398
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.655	2.003
1.02.01.06	Tributos Diferidos	137.218	130.068
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.218	130.068
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.750	4.262
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.978.826	163.417
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	28.005	18.732
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	153.276	144.685
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.797.545	0
1.02.02	Investimentos	185.935	195.621
1.02.02.01	Participações Societárias	185.935	195.621
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	57.959	64.086
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127.976	131.535
1.02.03	Imobilizado	210.131	232.350
1.02.04	Intangível	324.945	102.037
1.02.04.01	Intangíveis	324.945	102.037
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	309.091	84.273
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	15.854	17.764

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	7.407.418	6.171.127
2.01	Passivo Circulante	2.880.110	1.763.222
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	146.832	120.371
2.01.01.01	Obrigações Sociais	146.832	120.371
2.01.02	Fornecedores	641.561	689.343
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	641.561	689.343
2.01.03	Obrigações Fiscais	174.989	169.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.658	65.570
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.436	33.374
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	502	25.374
2.01.03.01.03	Outros	6.720	6.822
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	154.199	101.718
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	132	2.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	509.078	326.706
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	198.455	322.586
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	198.455	322.586
2.01.04.02	Debêntures	310.623	4.120
2.01.05	Outras Obrigações	1.231.628	286.661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.121	15.106
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	10.121	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	15.106
2.01.05.02	Outros	1.221.507	271.555
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	73.467	122.219
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.107.389	113.208
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	40.651	36.128
2.01.06	Provisões	176.022	170.853
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	176.022	170.853
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	176.022	170.853
2.02	Passivo Não Circulante	2.179.042	2.064.447
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	667.087	532.647
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	368.046	233.879
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	368.046	233.879
2.02.01.02	Debêntures	299.041	298.768
2.02.02	Outras Obrigações	235.165	187.580
2.02.02.02	Outros	235.165	187.580
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	232.689	185.105
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	13.648	15.412
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.648	15.412
2.02.04	Provisões	1.263.142	1.328.808
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.187.490	1.258.558
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	26.855	29.392
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	46.211	64.738
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	964.751	1.032.291
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	149.673	132.137
2.02.04.02	Outras Provisões	75.652	70.250

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	75.652	70.250
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.348.266	2.343.458
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	999.375	1.345.927
2.03.04.01	Reserva Legal	138.085	138.085
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	861.290	1.183.472
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	24.370
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.973	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-28.398	-20.485

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.595.187	5.058.139	1.425.532	4.090.543
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.542.905	-4.768.753	-1.229.056	-3.628.075
3.03	Resultado Bruto	52.282	289.386	196.476	462.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-92.040	-322.100	-107.005	-366.161
3.04.01	Despesas com Vendas	-46.724	-134.420	-37.026	-111.664
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.377	-264.939	-77.715	-232.159
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.173	63.012	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.575	-48.310
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.888	14.247	10.311	25.972
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-39.758	-32.714	89.471	96.307
3.06	Resultado Financeiro	-35.166	65.857	-30.433	11.016
3.06.01	Receitas Financeiras	56.370	267.501	37.320	163.544
3.06.02	Despesas Financeiras	-91.536	-201.644	-67.753	-152.528
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-74.924	33.143	59.038	107.323
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	17.683	-4.083	-21.492	-77.969
3.08.01	Corrente	132.722	-12.997	-15.001	-45.847
3.08.02	Diferido	-115.039	8.914	-6.491	-32.122
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-57.241	29.060	37.546	29.354
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-57.241	29.060	37.546	29.354
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-57.241	29.060	37.546	29.354
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,40040	0,71090	0,91850	0,71810
3.99.01.02	PN	-1,54040	0,78200	1,01040	0,78990
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,40040	0,71090	0,91850	0,71810
3.99.02.02	PN	-1,54040	0,78200	1,01040	0,78990

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-57.241	29.060	37.546	29.354
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-57.241	29.060	37.546	29.354
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-57.241	29.060	37.546	29.354

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 30/09/2015	Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	344.605	-27.446
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	108.175	373.079
6.01.01.01	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	33.143	107.323
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	174.057	164.025
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	0	1.803
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-14.247	-25.972
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	89.060	60.035
6.01.01.07	Constituição ou Reversão de Provisões	1.874	0
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-143.958	-25.075
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.140	734
6.01.01.10	Juros Pagos	-72.793	-48.212
6.01.01.11	Contingências	0	12.677
6.01.01.13	Baixa de Ativos	171	0
6.01.01.14	Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	-193	-1.112
6.01.01.15	Perdas e Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	60	0
6.01.01.16	Reversão Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	0	-21.130
6.01.01.17	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-84.275	-10.422
6.01.01.18	Realização de Provisão para Perdas	-9.196	0
6.01.01.19	Despesa Atuarial	79.343	56.146
6.01.01.20	Baixa de Ativo Indenizatório	31.989	102.259
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	236.891	-400.525
6.01.02.02	Contas a Receber	-341.363	-152.078
6.01.02.03	Outros Ativos	-357.328	-215.340
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-8.591	6.098
6.01.02.05	Fornecedores	-47.782	44.437
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	26.461	20.523
6.01.02.07	Tributos a Pagar	136.662	-10.521
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	1.043.422	18.050
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	-111.727	40.396
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	0	-623
6.01.02.12	Estoques	516	2.635
6.01.02.13	Passivo Atuarial	-141.714	-154.102
6.01.02.16	Ativos Regulatórios	38.335	0
6.01.03	Outros	-461	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-192.346	-174.737
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-221.145	-184.894
6.02.05	Dividendos Recebidos	31.765	15.398
6.02.06	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	0	-5.241
6.02.08	Aumento de Capital	-10.766	0
6.02.09	Redução de Capital Investidas	7.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	227.541	192.514
6.03.02	Partes Relacionadas	0	11.297
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-393.394	-243.757
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	402.940	478.633



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.03.05	Dividendos Pagos	-73.004	-53.659
6.03.08	Debêntures	290.999	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	379.800	-9.669
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	449.789	664.506
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	829.589	654.837

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.345.927	0	-20.485	2.343.458	0	2.343.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.252	0	0	-24.252	0	-24.252
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.370	0	0	-24.370	0	-24.370
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	118	0	0	118	0	118
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.973	-7.913	29.060	0	29.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.060	0	0	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.913	-7.913	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.913	-7.913	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	322.300	0	-322.300	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	999.375	36.973	-28.398	2.348.266	0	2.348.266

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.370	0	0	-6.370	0	-6.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.321	-23.967	29.354	0	29.354
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.354	0	29.354	0	29.354
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.967	-23.967	0	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	23.967	-23.967	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	922.763	53.321	166.346	2.160.446	0	2.160.446

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.01	Receitas	8.423.320	5.706.950
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.161.489	5.488.341
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	284.972	219.342
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.141	-733
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.477.216	-3.459.835
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.091.304	-3.078.178
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-163.983	-162.315
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	9.196	0
7.02.04	Outros	-231.125	-219.342
7.02.04.01	Custos refs. à construção de Ativos Permanentes	-284.972	-219.342
7.02.04.02	Perda com clientes	53.847	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.946.104	2.247.115
7.04	Retenções	-174.057	-142.895
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174.057	-164.025
7.04.02	Outras	0	21.130
7.04.02.01	Realização de Provisão para Perdas	0	21.130
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.772.047	2.104.220
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	281.748	189.516
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.247	25.972
7.06.02	Receitas Financeiras	267.501	163.544
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.053.795	2.293.736
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.053.795	2.293.736
7.08.01	Pessoal	484.258	397.219
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.396.449	1.704.780
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	144.028	162.383
7.08.03.01	Juros	200.166	151.050
7.08.03.02	Aluguéis	-56.138	11.333
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.060	29.354
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.060	29.354



## 1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no terceiro trimestre de 2015 chegaram a R\$316,5 milhões ante R\$256,1 milhões em 2014, sendo 23,58% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30 de setembro 2015		30 de setembro 2014		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	303.186	95,80	247.606	96,69	22,45%
Geração de Energia Elétrica	13.284	4,20	8.471	3,31	56,82%
<b>Total</b>	<b>316.470</b>	<b>100,00</b>	<b>256.077</b>	<b>100,00</b>	<b>23,58%</b>

## 2. Mercado Acionário

O Índice Bovespa – IBOVESPA fechou o 3º trimestre de 2015 com desvalorização de 15,11%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE também apresentou desvalorização de 14,80% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desvalorização de 19,49% no período de julho a setembro de 2015, e no acumulado dos últimos 12 (doze) meses apresentou desvalorização de 2,91%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2015 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30 de setembro 2015	Desempenho *	
		Variação %	
		3º TRI 2015	Em 12 meses
<b>Celesc PN</b>	R\$11,65	-19,49%	-2,91%
<b>Celesc ON</b>	R\$35,01	-3,39%	-3,39%
<b>IBOVESPA</b>	45.059	-15,11%	-16,73%
<b>IEE</b>	25.775	-14,80%	-6,60%

Fonte: DEF/DPRI

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

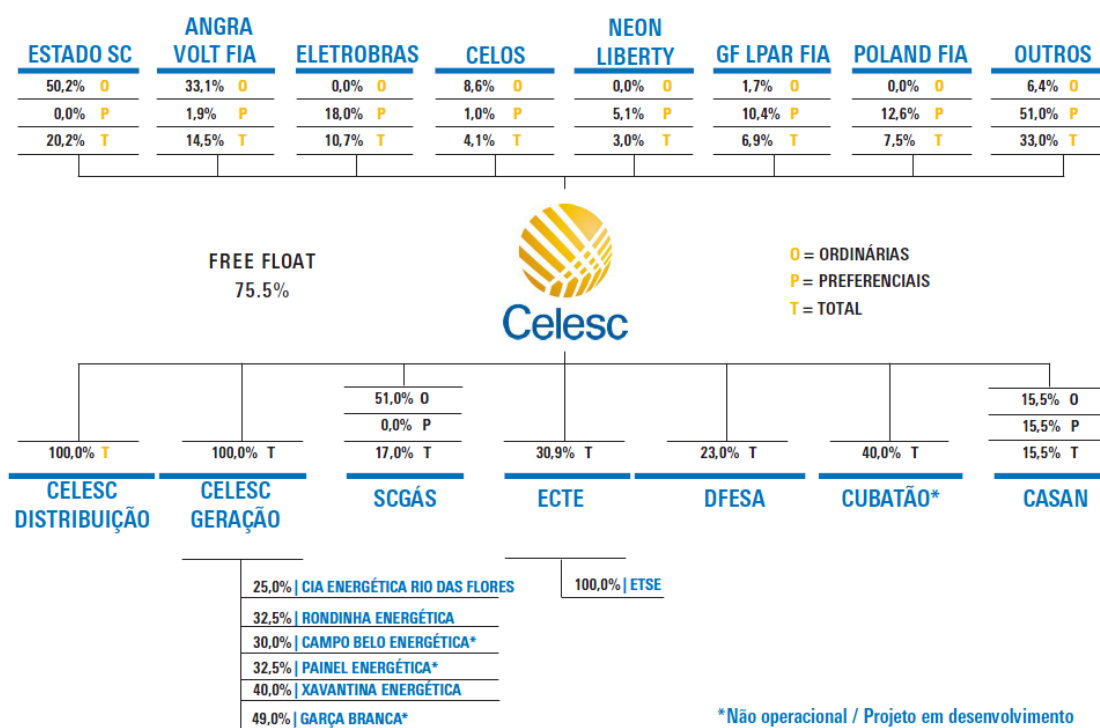
## Comentário do Desempenho



### 3. Valor de Mercado da Ação

O valor de mercado das ações da Celesc, em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado, são: R\$11,65 para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4) e R\$35,01 para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de setembro de 2015 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

### 4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2015, com um quadro funcional de 3.288 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 0,79% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.262 empregados), em função de novas admissões ocorridas nos concursos públicos realizados em 2013 e 2014.

## Comentário do Desempenho



### 5. Desempenho Econômico Financeiro

O lucro líquido acumulado em 30 de setembro de 2015 apresentado pela Companhia foi de R\$29,0 milhões, que representa uma redução de 1,00%, se comparado ao mesmo período de 2014 (lucro líquido de R\$29,3 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

<b>Dados Econômico-Financeiros</b>	<b>30 de setembro 2015</b>	<b>30 de setembro 2014</b>	<b>AH</b>
Receita Operacional Bruta	8.446.461	5.707.683	47,98%
Receita Operacional Líquida	5.058.139	4.090.543	23,65%
Resultado das Atividades	(32.714)	96.307	-133,97%
EBITDA Ajustado	130.729	237.640	-44,99%
EBITDA	139.865	258.770	-45,95%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	2,58%	5,81%	-3,23 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	2,77%	6,33%	-3,56 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	0,57%	0,72%	-0,15 p.p.
Resultado Financeiro	65.857	11.016	497,83%
Ativo Total	7.407.418	5.851.856	26,58%
Imobilizado	210.131	206.803	1,61%
Patrimônio Líquido	2.348.266	2.160.446	8,69%
Lucro Líquido	29.060	29.354	-1,00%

O Grupo encerrou em 30 de setembro de 2015 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$8.446,4 milhões aumento de 47,98% em relação a 2014 num valor de R\$5.707,6 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 23,65%, fechando o período de nove meses de 2015 em R\$5.058,1 milhões em relação ao mesmo período de 2014 num valor de R\$4.090,5 milhões.

O EBITDA ajustado do período de nove meses de 2015 atingiu o valor de R\$130,7 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 5,81% no terceiro trimestre de 2014 para 2,58% em 2015.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

**Comentário do Desempenho**

<b>Conciliação do EBITDA</b>	<b>30 de setembro 2015</b>	<b>30 de setembro 2014</b>
Lucro líquido	29.060	29.354
IRPJ e CSLL corrente e diferido	4.083	77.969
Resultado financeiro	(65.857)	(11.016)
Depreciação e amortização	172.579	162.463
<b>EBITDA</b>	<b>139.865</b>	<b>258.770</b>
<b>(-) Efeitos Não Recorrentes</b>	<b>(9.136)</b>	<b>(21.130)</b>
Provisão Teste Impairment em Controlada	60	-
Reversão Teste Impairment em Controlada	(9.196)	(21.130)
<b>(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes</b>	<b>130.729</b>	<b>237.640</b>

**6. Composição Acionária**

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

<b>Acionista</b>	<b>Base Acionária em 30 de setembro 2015</b>					
	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Ações Preferenciais</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,17	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
MCAP Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Outros	993.152	6,40	11.755.382	51,01	12.748.534	33,06
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

\*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI



## Comentário do Desempenho



### 7. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2015 representando 14,58% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.624.427 ações, na grande maioria ações preferenciais.

<b>Participação dos Investidores por Residência</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>%</b>
Investidores Estrangeiros	5.624.427	14,58
Investidores Nacionais	32.947.164	85,42
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

Fonte: DEF/DPRI

### 8. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

<b>Acionista</b>	<b>Ações ON</b>		<b>Ações PN</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Controlador	7.889.186	50,81	3.505	0,02	7.892.691	20,46
Conselho de Administração	-	-	3	0,00	3	0,00
Outros Acionistas	7.637.951	49,19	23.040.946	99,98	30.678.897	79,54
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,0</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,0</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DEF/DPRI

### 9. Ações em Circulação

<b>Descrição</b>	<b>Ações ON – CLSC3</b>		<b>Ações PN – CLSC4</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,0
Ações em Circulação	7.637.951	49,19	23.040.946	99,98	30.678.897	79,54

Fonte: DEF/DPRI

### 10. Balanço Energético

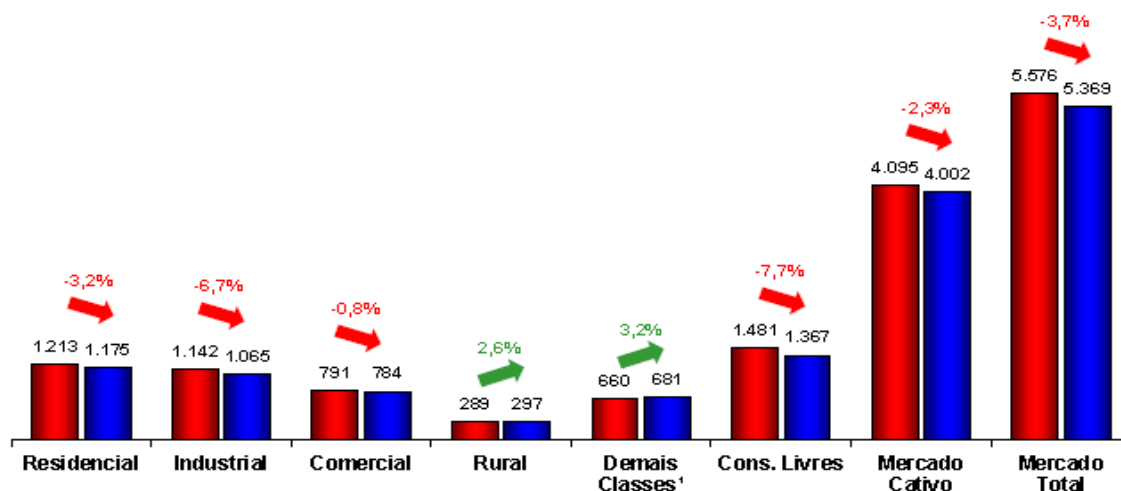
No terceiro trimestre de 2015, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, atingiu 4.002 GWh representando queda de 2,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que atingiu 4.095 GWh.

Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), a retração foi de 3,7%, atingindo 5.369 GWh no terceiro trimestre de 2015 em comparação a 5.576 GWh no terceiro trimestre de 2014.

## Comentário do Desempenho



No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

## 11. Mercado de Energia Elétrica

### MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2015		2014		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					3º Trim	Acum	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	2015	2015	2014	2014	15-14	15-14
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	724.716	2.290.318	498.000	1.531.457	31,8%	33,0%	32,9%	34,5%	45,5%	49,6%
Industrial	701.441	2.018.045	462.226	1.252.212	30,8%	29,1%	30,5%	28,2%	51,8%	61,2%
Comercial	518.252	1.655.523	338.619	1.039.726	22,8%	23,9%	22,4%	23,4%	53,0%	59,2%
Rural	122.632	367.914	74.208	225.315	5,4%	5,3%	4,9%	5,1%	65,3%	63,3%
Poder Público	61.667	182.839	41.272	114.833	2,7%	2,6%	2,7%	2,6%	49,4%	59,2%
Iluminação Pública	60.052	165.019	34.443	95.660	2,6%	2,4%	2,3%	2,2%	74,4%	72,5%
Serviço Público	42.982	122.273	26.336	73.507	1,9%	1,8%	1,7%	1,7%	63,2%	66,3%
<b>Subtotal</b>	<b>2.231.741</b>	<b>6.801.930</b>	<b>1.475.104</b>	<b>4.332.711</b>	<b>98,1%</b>	<b>98,0%</b>	<b>97,5%</b>	<b>97,7%</b>	<b>51,3%</b>	<b>57,0%</b>
Suprimento	43.928	137.415	37.946	102.586	1,9%	2,0%	2,5%	2,3%	15,8%	34,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.275.670</b>	<b>6.939.346</b>	<b>1.513.050</b>	<b>4.435.297</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>50,4%</b>	<b>56,5%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	1.174.577	3.973.702	1.213.393	4.026.796	29,3%	30,5%	29,7%	30,6%	-3,2%	-1,3%
Industrial	1.065.201	3.247.374	1.141.709	3.415.046	26,6%	24,9%	27,9%	26,0%	-6,7%	-4,9%
Comercial	784.205	2.716.037	790.542	2.693.558	19,6%	20,8%	19,3%	20,5%	-0,8%	0,8%
Rural	297.080	978.612	289.478	980.823	7,4%	7,5%	7,1%	7,5%	2,6%	-0,2%
Poder Público	97.613	311.533	96.667	313.707	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%	1,0%	-0,7%
Iluminação Pública	145.667	435.226	142.051	425.831	3,6%	3,3%	3,5%	3,2%	2,5%	2,2%
Serviço Público	78.767	243.301	78.220	240.341	2,0%	1,9%	1,9%	1,8%	0,7%	1,2%

**Comentário do Desempenho****Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

<b>Subtotal</b>	<b>3.643.111</b>	<b>11.905.786</b>	<b>3.752.060</b>	<b>12.096.102</b>	<b>91,0%</b>	<b>91,3%</b>	<b>91,7%</b>	<b>92,0%</b>	<b>-2,9%</b>	<b>-1,6%</b>
Suprimento	359.235	1.133.563	339.749	1.058.318	9,0%	8,7%	8,3%	8,0%	5,7%	7,1%
<b>TOTAL</b>	<b>4.002.346</b>	<b>13.039.348</b>	<b>4.091.809</b>	<b>13.154.420</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-2,2%</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Preço Médio Unitário do MWh em R\$</b>										
Residencial	617,00	576,37	410,42	380,32	110,7%	110,5%	113,8%	115,5%	50,3%	51,5%
Industrial	658,51	621,44	404,85	366,67	118,1%	119,1%	112,3%	111,3%	62,7%	69,5%
Comercial	660,86	609,54	428,34	386,00	118,5%	116,8%	118,8%	117,2%	54,3%	57,9%
Rural	412,79	375,95	256,35	229,72	74,0%	72,1%	71,1%	69,7%	61,0%	63,7%
Poder Público	631,74	586,90	426,95	366,05	113,3%	112,5%	118,4%	111,1%	48,0%	60,3%
Iluminação Pública	412,25	379,16	242,47	224,64	73,9%	72,7%	67,3%	68,2%	70,0%	68,8%
Serviço Público	545,69	502,56	336,69	305,84	97,9%	96,3%	93,4%	92,9%	62,1%	64,3%
<b>Subtotal</b>	<b>612,59</b>	<b>571,31</b>	<b>393,15</b>	<b>358,19</b>	<b>109,9%</b>	<b>109,5%</b>	<b>109,1%</b>	<b>108,7%</b>	<b>55,8%</b>	<b>59,5%</b>
Suprimento	122,28	121,22	111,69	96,93	21,9%	23,2%	31,0%	29,4%	9,5%	25,1%
<b>TOTAL</b>	<b>557,61</b>	<b>521,65</b>	<b>360,50</b>	<b>329,37</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>54,7%</b>	<b>58,4%</b>

Fonte: DCL

**12. Cláusula Compromissória**

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

**13. Auditores Independentes**

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 13 de novembro de 2015.

A Administração



## 1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 30 de setembro de 2015, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado – %		
Descrição	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	100
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	100

Percentual de Participação – %				
Descrição	30 de setembro 2015		31 de dezembro 2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas em Conjunto</b>				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30	-	30
Painel Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A.	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25	-	25
Xavantina Energética S.A.	-	40	-	40
Garça Branca Energética S.A.	-	49	-	-
<b>Coligadas</b>				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40	-	40	-

## **1.1. Ambiente Regulatório**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição de energia elétrica cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

### **1.1.1. Das Concessões**

#### **a) Celesc Distribuição S.A.**

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D detinha a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica até 7 de julho de 2015 e, enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei Federal nº 12.783 em janeiro de 2013. Em junho de 2012, a Companhia requereu a prorrogação da concessão com base nas disposições do Contrato de Concessão, sendo que, em 18 de setembro de 2012, a partir da já publicada, MP nº 579/12, reiterou seu pedido para a prorrogação do respectivo contrato de concessão, nas condições estabelecidas por aquele instrumento legal, resguardando seu direito de rever o pedido caso houvesse alteração nas condições estabelecidas na Medida Provisória. Em 15 de outubro de 2012 a Companhia ratificou o pedido de prorrogação.

Até 03 de junho de 2015 havia uma grande expectativa em relação às regras e condições para a prorrogação das concessões de distribuição, considerando a diretriz traçada na Lei 12.783/2013 que possibilitou a prorrogação por mais 30 (trinta) anos.

Na data acima mencionada, foi então publicado o Decreto nº 8.461, disciplinando as condições para a prorrogação da concessão, bem como delegando à ANEEL a instrumentalização do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, bem como as condicionantes afetadas à qualidade do serviço, à sustentabilidade econômica, à modicidade tarifária, e à racionalidade técnica, operacional e econômica.

Ato contínuo, em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/15 com a finalidade de debater com as distribuidoras e toda a sociedade as condições propostas para a prorrogação, prazo este vencido em 13 de julho de 2015.

A Celesc D, assim como outras distribuidoras e a Associação Brasileira das Distribuidoras – Abradee, apresentou inúmeras contribuições buscando o aprimoramento das regras e o melhor alinhamento para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica à sociedade catarinense com qualidade e sustentabilidade.

Em 09 de setembro de 2015 o Pleno do Tribunal de Contas da União – TCU decidiu por autorizar o seguimento do processo de prorrogação, apresentando novas exigências a serem atendidas, dentre elas a manutenção dos critérios ensejadores da extinção da concessão (indicadores de Qualidade e Sustentabilidade) também a partir do sexto ano do contrato, até o seu termo final. Também foi apontada pelo TCU a impossibilidade de oportunizar às distribuidoras a apresentação de proposta de troca do controle acionário após iniciado o processo de extinção da concessão, tendo em vista inexistência de previsão legal para tanto.

A partir destas condicionantes apresentadas pelo TCU, a ANEEL reabriu a Audiência Pública nº 038/2015, em sua segunda fase, para receber novas contribuições da sociedade, objetivando atender às determinações do TCU, ao mesmo tempo em que apresentou recurso (Embargos de Declaração) da decisão da Corte de Contas da União, questionando alguns pontos, e propondo alternativas à decisão proferida, de onde destacamos:

- i) Concessão de prazo de 18 (dezoito) meses para regulamentar as condicionantes relativas à governança e demais parâmetros de restrições de distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio; e
- ii) Possibilidade de revisão dos parâmetros do indicador de Qualidade (DEC/FEC) a cada 5 (cinco) anos, após o sexto ano de concessão.

Após a análise dos Embargos pela Corte de Contas da União, foi proferida nova decisão em 14 de outubro de 2015 dispondo que:

- i) A regulamentação prévia das condicionantes relativas à governança corporativa e demais pontos correlatos passa a ser uma recomendação e não uma determinação; e



ii) A revisão dos parâmetros de DECI e FECI poderão ocorrer a cada ciclo de 5 (cinco) anos conforme regulamentação previamente discutida com a sociedade.

A partir desta decisão a ANEEL incorporou as determinações do TCU ao Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, aprovando-o em reunião de diretoria da Agência ocorrida no dia 20 de outubro de 2015, de modo que a minuta do Termo Aditivo a ser encaminhada ao MME foi aprovada pelo Despacho ANEEL nº 3.540 de 20 de outubro de 2015. Atualmente, as distribuidoras aguardam a publicação de Portaria do MME aprovando a versão final do Termo Aditivo e o início dos procedimentos relativos à sua assinatura.

O Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do acórdão nº 2.253/2015 – TCU – Plenário, determinou à ANEEL e ao MME, que incluam dispositivo nos novos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica prevendo e disciplinando período transitório para a transferência das concessões, em decorrência do fim do prazo contratual ou da declaração da caducidade da concessão, de forma a mitigar riscos de descontinuidade dos serviços.

A ANEEL por meio do Despacho nº 3.592, de 28 de outubro de 2015, esclarece que em consonância com o artigo 42 §2 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, “as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses”.

#### **b) Celesc Geração S.A.**

Com forte atuação no segmento de geração de energia elétrica, ênfase nas áreas de operação e manutenção de usinas e comercialização de energia elétrica, a controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica em 30 de setembro de 2015:

<b>Geradora</b>	<b>Localidade</b>	<b>Capacidade Instalada (MW)</b>	<b>Data de Vencimento da Concessão</b>
Palmeiras – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	24,60	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho (ii)	Schroeder/SC	15,00	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia (iii)	Angelina/SC	8,92	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros (ii)	Rio dos Cedros/SC	8,40	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu (ii)	Blumenau/SC	6,28	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho (v)	Faxinal do Guedes/SC	5,40	17/03/2035
Pery – Rio Canoas (vi)	Curitibanos/SC	30,00	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras (iv)	Lages/SC	3,83	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz (vii)	Campos Novos/SC	2,60	(i)
Piraf – Rio Piraf (viii)	Joinville/SC	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
<b>Total da Capacidade Instalada</b>		<b>106,75</b>	



(i) Centrais Geradoras Hidrelétricas que não possuem prazo determinado de concessão.

(ii) Conforme requerido pela MP nº 579/12, foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs afetadas pela referida MP naquela oportunidade.

A Administração da Companhia analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação da prorrogação da concessão destas usinas. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da Companhia acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões das usinas da Celesc G, afetadas pela MP nº 579/12.

(iii) A Portaria MME nº 255 de 11 de junho 2015, define como responsável a Celesc G, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Garcia, com vistas a garantir a continuidade do serviço, tendo início dia 08 de julho 2015 até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

(iv) Em 08 de julho de 2013, foi protocolado na ANEEL requerimento para o conhecimento das regras e tarifas aplicáveis à usina PCH Caveiras, nos termos da MP nº 579/12. Em 10 de março de 2015 a ANEEL aceitou o pedido da Celesc G para conhecimento das condições para a prorrogação da concessão da usina no Regime de Cotas.

Atualmente a Celesc G encontra-se desenvolvendo o processo de análise de viabilidade técnica e econômica para adesão ao regime de cotas, bem como o retorno da ANEEL com o envio do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para deliberação de Diretoria e Conselho de Administração e assinatura.

(v) Após a conversão da MP nº 579/12 na Lei nº 12.783/13, identificou-se uma possível interpretação legal para as usinas que seriam afetadas pelo regime de cotas, mas que ainda não tivessem alcançado 60 meses para o término do prazo de concessão, na qual seria possível a prorrogação por até 20 anos o prazo de concessão, caso fosse aprovado o projeto de ampliação das usinas nesta condição.

A partir disso, evoluiu-se com interlocuções junto à ANEEL, que culminaram com a emissão do Parecer 0353/2013/PGE-ANEEUPGF/AGU, Nota Técnica nº 53/2015-SCG/ANEEL e por fim, em 17 de março de 2015, a Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL, que autorizou a ampliação para 12.815,92 kW a potência instalada da PCH Celso Ramos e a prorrogação da concessão por um prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada a entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão. A ANEEL em 07 de abril de 2015 encaminhou minuta do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do



bem público nº 006/2013 para análise da CELESC. Em 20 de outubro de 2015, a ANEEL enviou o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de uso do bem público nº 006/2013, o qual se encontra em análise e tramitação para assinatura.

Atualmente já estão em curso os processos licitatórios para contratação de empresa para implantação da ampliação da usina.

(vi) Foi excluída da decisão em relação à adesão às regras editadas pela MP nº 579/12, a Usina Pery, com questionamento realizado em âmbito judicial através de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido.

A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

(vii) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.362, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da PCH Ivo Silveira, localizada no município de Campos Novos/SC, com capacidade instalada de 2,6 MW.

Conforme Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, após o vencimento do prazo da concessão de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 3,0 MW, as usinas estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, não possuindo prazo determinado de concessão. O registro da usina junto a ANEEL foi efetivado em 10 de agosto de 2015 sob o código CGH.PH.SC.001202-5.02.

(viii) Após requerimento instruído pela Celesc G, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.363, de 21 de julho de 2015, extinguiu a partir de 07 de julho de 2015, a concessão da Usina Hidrelétrica Piraí, localizada no município de Joinville/SC, com capacidade instalada de 780 kW, passando esta usina a não mais possuir Contrato de Concessão, diante do disposto no art. 7º da lei nº 12.783/13, uma vez que esta, findado seu prazo de concessão, deverá passar ao regime de registro, não possuindo prazo determinado de concessão. O registro da usina junto a ANEEL foi efetivado em 04 de setembro de 2015 sob o código CGH.PH.SC.002076-1.02.

A Celesc G possui ainda 8 (oito) empreendimentos (PCHs) construídos em parceria com investidores privados.

<b>Central Geradora (em operação)</b>	<b>Localidade</b>	<b>Potência Instalada (MW)</b>	<b>Percentual de Participação %</b>
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,6	32,5
PCH Belmonte (Rio das Flores)	Belmonte/SC	3,6	25,0
PCH Bandeirante (Rio das Flores)	Bandeirante/SC	3,0	25,0
PCH Prata (Rio das Flores)	Bandeirante/SC	3,0	25,0
PCH Xavantina (ix)	Xanxerê/SC	6,1	40,0

<b>Central Geradora (em construção)</b>	<b>Localidade</b>	<b>Potência Instalada (MW)</b>	<b>Percentual de Participação %</b>
PCH Garça Branca (x)	Anchieta/SC	6,5	49,0

<b>Central Geradora (prospecção/projeto)</b>	<b>Localidade</b>	<b>Potência Instalada (MW)</b>	<b>Percentual de Participação %</b>
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,0	30,0
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,2	32,5

(ix) Em 9 de julho de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.231, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Xavantina, com capacidade instalada de 3.037,5 kW cada uma, para início da operação em teste a partir de 10 de julho de 2015. A Aneel, por meio do Despacho nº 2.991 de 03 de setembro de 2015, autorizou o início da operação comercial a partir de 04 de setembro de 2015.

(x) Em 24 de março de 2015, a Celesc G assinou contrato de cessão de participação societária com a Casaforte Energia S.A., adquirindo 49% do investimento da Garça Branca Energética S.A.

A PCH Garça Branca é uma SPE, de capital fechado a qual iniciou suas atividades em 15 de outubro de 2008 e seu prazo de duração é indeterminado, tendo como objeto específico exclusivo a implantação, operação, manutenção, geração e comercialização de energia elétrica. Está instalada nos municípios de Anchieta e Guaraciaba em Santa Catarina, possuindo capacidade instalada de 6,5MW.

#### **b.1) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF**

A Celesc G, entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GSF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da GSF;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da GSF ;

iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores apresentaram média de 80,1%. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do total da garantia física das demandantes.

A decisão judicial também suspendeu a contabilização e cobrança pela CCEE da parcela a vencer (liquidação) no dia 05 de julho de 2015, e demais, através do Mecanismo Auxiliar de Cálculo, tudo até ulterior decisão deste juízo, sob pena de multa diária no montante de R\$50.

### **c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Além da Celesc, são seus acionistas: a Gaspetro, subsidiária da Petrobras responsável pela participação em empreendimentos relacionados à área de gás, a Mitsui Gás e Energia do Brasil, Empresa privada incorporada ao Grupo Mitsui em abril de 2006 com a aquisição da Gaspart/Gás Participações; e a Infragás – Infraestrutura de Gás para a Região Sul, empresa constituída em 13 de dezembro de 1990, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural na região Sul.

O contrato de concessão para exploração desses serviços foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos, contados dessa data.

#### **d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88/2000 – ANEEL, datado de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, a ANEEL, outorgou à ECTE a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525 kV, com 252,5 km de extensão, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da Companhia.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

#### **e) Dona Francisca Energética S.A. – DFESA**

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. O contrato de concessão da DFESA datado de 28 de agosto de 1998 e tem prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

#### **f) Legislações Aplicáveis as Concessões**

##### **i) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE**

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL



homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

## **ii) Decreto nº 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Bandeiras Tarifárias**

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I - bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 MWh;

II - bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$227,04 MWh; e

III - bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de R\$227,04 MWh.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro a setembro de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

### **iii) Resolução Homologatória nº 1.858 de 27 de Fevereiro de 2015 – Revisão Tarifária Extraordinária – RTE**

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

(i) Informações não revisadas

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no último mês de janeiro; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.



## **2. Base de Preparação**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

#### **2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas**

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 10 de novembro de 2015.

### **2.2. Base de Mensuração**

#### **2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

#### **2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

##### **a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros**

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.



## **b) Benefícios de Planos de Pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

## **c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

## **d) Contingências**

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança.

A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

## **e) Impairment de Ativos Não Financeiros**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.



#### **f) Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

### **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

#### **3.1 Novas Normas e Interpretações**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB*, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC:

a) *IFRS 15* – Receita de Contratos com Clientes: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, embora entidades que reportam em *IFRS* podem optar por aplicá-la antecipadamente, e substitui a *IAS 11* - "Contratos de Construção", *IAS 18* - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

b) *IFRS 9* – Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS 9* mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de

perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS* 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

## **4. Gestão de Risco Financeiro**

### **4.1. Fatores de Risco Financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

### **4.2. Risco de Mercado**

#### **4.2.1. Risco Cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

#### **4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

### **4.3. Risco de Crédito**

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a



interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

#### 4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS.

Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado							
30 de setembro de 2015							
	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.282.104	27.312	15.986	10.035	5.867	1.341.304
Caixa e Equivalente de Caixa		829.589	-	-	-	-	829.589
Subsídio Decreto nº 7.891/13		512.664	-	-	-	-	512.664
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,16% a.a.(i)	34.543	69.467	324.910	-	-	428.920
<b>Total Ativo</b>		<b>2.658.900</b>	<b>96.779</b>	<b>340.896</b>	<b>10.035</b>	<b>5.867</b>	<b>3.112.477</b>
Empréstimo Bancário	110% e 121,5% CDI	6.552	10.067	142.576	338.404	-	497.599
Eletrobras	5% a.a.	4.021	7.821	27.029	66.338	5.195	110.404
Finame	2,5% a 8,7% a.a.	502	852	3.962	24.600	7.854	37.769
Debêntures	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	-	-	291.571	394.994	-	686.565
Fornecedores		417.081	217.413	7.067	-	-	641.561
<b>Total Passivo</b>		<b>428.156</b>	<b>236.153</b>	<b>472.205</b>	<b>824.336</b>	<b>13.049</b>	<b>1.973.897</b>

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

## **4.5. Riscos Operacionais**

### **4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

### **4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões**

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás, sendo que, para a distribuição de energia elétrica, que está passando pelo processo de prorrogação da concessão neste momento, há a expectativa de que seja prorrogada pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, ratificando a solicitação em 15 de outubro de 2012. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 8.461/2015, bem como a partir da abertura da Audiência Pública ANEEL nº 038/2015, materializou-se o processo concreto de prorrogação da concessão, para o qual a Celesc D vem desenvolvendo todas as ações necessárias para a viabilização da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato, com a finalidade de prorrogar a concessão por mais 30 anos.

Destaca-se, outrossim, que nos primeiros 5 anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

Para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

### **4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM**

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela



Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado 30 de setembro 2015		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
<b>CDI<sup>1</sup> (%)</b>			<b>15,00%</b>	<b>18,75%</b>	<b>22,50%</b>
	Aplicações Financeiras	794.697	119.205	149.006	178.807
	Empréstimos	(431.530)	(64.730)	(80.912)	(97.094)
	Debêntures	(609.664)	(91.450)	(114.312)	(137.174)
<b>SELIC (%)</b>			<b>14,16%</b>	<b>17,69%</b>	<b>21,23%</b>
	Ativo Financeiro – Parcela A - CVA	412.231	58.352	72.940	87.528
<b>IGPM<sup>2</sup> (%)</b>			<b>8,36%</b>	<b>10,45%</b>	<b>12,54%</b>
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço	2.722.973	227.641	284.551	341.461

#### 4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

<sup>1</sup> Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT H16 com vencimento em 01/03/2016 – (fechamento 01/10/2015)

<sup>2</sup> IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado



Descrição	30 de setembro 2015	Consolidado
		31 de dezembro 2014
Total dos Empréstimos	566.501	556.465
Debêntures	609.664	302.888
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(829.589)	(449.789)
Dívida Líquida	346.576	409.564
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.348.266</b>	<b>2.343.458</b>
<b>Total do Capital</b>	<b>2.694.842</b>	<b>2.753.022</b>
Índice de Alavancagem Financeira (%)	12,86%	14,88%

#### 4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, podendo ser diretamente atreladas aos preços ou indiretamente com derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2015. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.



Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
	Nível 3	Nível 3
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>		
Ações	137.261	137.261
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.797.545	2.890.451
Outros	217	217
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.935.023</b>	<b>3.027.929</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

## 5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de setembro de 2015.

Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	829.589	-	-	829.589
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.797.545	-	-	2.797.545
Contas a Receber de Clientes	-	1.806.659	-	-	1.806.659
CCEAR-D (NE 10)	-	512.664	-	-	512.664
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	-	412.231	-	-	412.231
Outros	-	-	217	-	217
	<b>137.261</b>	<b>6.358.688</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>6.496.166</b>
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	641.561	641.561
Empréstimos	-	-	-	566.501	566.501
Debêntures	-	-	-	609.664	609.664
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.817.726</b>	<b>1.817.726</b>

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2014.



Descrição	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
<b>Ativo</b>					
Caixa e Equivalentes	-	449.789	-	-	449.789
Ações	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.890.451	-	-	2.890.451
Contas a Receber de Clientes	-	1.519.143	-	-	1.519.143
CCEAR-D (NE 10)	-	240.635	-	-	240.635
Ativo Financeiro – “Parcela A” CVA	-	450.566	-	-	450.566
Outros	-	-	217	-	217
	<b>137.261</b>	<b>5.550.584</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>5.688.062</b>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	-	-	-	689.343	689.343
Empréstimos	-	-	-	556.465	556.465
Debêntures	-	-	-	302.888	302.888
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.548.696</b>	<b>1.548.696</b>

## 6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.044.461	791.683
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	228.327	174.624
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior há 90 dias	533.871	552.836
	<b>1.806.659</b>	<b>1.519.143</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Recursos em Banco e em Caixa	46	167	34.892	54.734
Aplicações Financeiras	39.434	16.749	794.697	395.055
	<b>39.480</b>	<b>16.916</b>	<b>829.589</b>	<b>449.789</b>





As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

## 8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
<b>Valor Justo por Meio de Resultado</b>				
Ações Casan <sup>3</sup>	137.261	137.261	137.261	137.261
<b>Disponível para Venda</b>				
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>

### 8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2014, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 31 de dezembro de 2014 o investimento foi avaliado pelo método do fluxo de caixa descontado utilizando taxa de desconto 14,76%.

<sup>3</sup> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



## 9. Contas a Receber de Clientes

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
<b>Consumidores</b>					
Residencial	284.587	109.481	58.513	452.581	358.619
Industrial	337.152	54.545	326.205	717.902	639.863
Comércio, Serviços e Outros	199.647	35.488	69.217	304.352	264.764
Rural	51.591	8.353	7.652	67.596	53.230
Poder Público	29.648	3.671	32.787	66.106	66.111
Iluminação Pública	28.593	288	16.575	45.456	34.398
Serviço Público	20.482	361	1.160	22.003	15.730
	<b>951.700</b>	<b>212.187</b>	<b>512.109</b>	<b>1.675.996</b>	<b>1.432.715</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>					
Concessionárias e Permissionárias	74.512	7.029	7.321	88.862	54.287
Transações no Âmbito da CCEE	15.494	-	-	15.494	13.190
Outros Créditos	2.755	9.111	14.441	26.307	18.951
	<b>92.761</b>	<b>16.140</b>	<b>21.762</b>	<b>130.663</b>	<b>86.428</b>
	<b>1.044.461</b>	<b>228.327</b>	<b>533.871</b>	<b>1.806.659</b>	<b>1.519.143</b>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(465.355)	(496.062)
				<b>1.341.304</b>	<b>1.023.081</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.324.002</b>	<b>1.016.683</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>17.302</b>	<b>6.398</b>

### b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
<b>Consumidores</b>		
Residencial	58.504	49.799
Industrial	149.218	191.062
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	64.074	61.337
Rural	4.523	4.612
Poder Público	31.857	32.528
Iluminação Pública	15.399	15.022
Serviço Público	1.069	991
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.105
Outros	3.478	3.478
	<b>465.355</b>	<b>496.062</b>
<b>Circulante</b>	<b>329.227</b>	<b>359.934</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>136.128</b>	<b>136.128</b>



### b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>496.062</b>
Provisão Constituída no Período	23.140
Baixas de Contas a Receber	(53.847)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	<b>465.355</b>

### b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.



## 10. Outros Ativos Circulantes

Outros Créditos a Receber	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Dividendos	7.950	14.212
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013 – CCEAR-D	512.664	240.635
Pessoal à disposição	6.912	6.060
Adiantamento Proinfa	11.103	11.103
Adiantamentos Diversos	1.435	(445)
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	39.571	23.179
Compartilhamento de Infraestrutura	49.253	9.433
Programa Baixa Renda	18.068	9.917
Ativo Financeiro - Parcela A - CVA (Nota 11)	412.231	450.566
Ativo Indenizatório (Nota 12)	-	2.890.451
Outras contas	31.876	13.324
	<b>1.091.063</b>	<b>3.668.435</b>

## 11. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

Descrição	31 de dezembro 2014	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	Consolidado 30 de setembro 2015
Parcela A						
Conta de Desenv. Energético - CDE	19.179	147.152	(6.580)	4.792	(13.509)	151.034
Energia Comprada p/ Revenda	583.421	704.460	(399.984)	51.761	(494.955)	444.703
Uso da Rede Básica	33.602	29.912	(25.663)	3.200	(9.597)	31.454
Transporte de Energia de Itaipu	606	2.012	(465)	42	(314)	1.881
CVA Anos Anteriores	1.688	12.110	-	330	(3.811)	10.317
Proinfa	5.509	(2.335)	(918)	83	(4.453)	(2.114)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(165.226)	(265.440)	48.050	(12.768)	160.549	(234.835)
Saldo da Parcela A - CVA	478.779	627.871	(385.560)	47.440	(366.090)	402.440
Itens Financeiros						
Ativo Reg. - Outros Itens Financeiros	-	24.683	-	-	(4.114)	20.569
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	(28.213)	(12.933)	-	-	30.368	(10.778)
Saldo Itens Financeiros	(28.213)	11.750	-	-	26.254	9.791
Ativo Financeiro – Total Líquido	450.566	639.621	(385.560)	47.440	(339.836)	412.231



Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	-	192.054
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	147.449	286.725
CVA 2016 - Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	254.991	-
<b>Total da Parcela A – CVA</b>	<b>402.440</b>	<b>478.779</b>

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 10 de Dezembro de 2014, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Celesc D, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 732, de 09 de Dezembro de 2014 que aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

## 12. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
<b>Em Serviço</b>	<b>2.722.973</b>	<b>2.676.623</b>
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.722.973	2.676.623
<b>Em Curso</b>	<b>74.572</b>	<b>213.828</b>
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	74.572	213.828
<b>Total</b>	<b>2.797.545</b>	<b>2.890.451</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>2.890.451</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.797.545</b>	<b>-</b>

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia estão dentro



dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (*IFRIC12*), que trata de contratos de concessões.

A Companhia reclassificou o valor do ativo indenizatório de ativo circulante para não circulante e transferiu para o ativo intangível o valor de R\$ 349.600 correspondente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão precária em atendimento ao Despacho nº 3.592/2015, exposto na nota explicativa 1.1.1 item a.

#### a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.890.451</b>
(+) Novas Aplicações	204.408
(-) Transferência p/ Ativo Intangível - Concessão Precária (Nota 17)	(349.600)
(-) Resgate	(31.989)
(+) Ajuste VNR	84.275
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>2.797.545</b>

(i) A Companhia reconheceu no período de nove meses, findos em setembro de 2015, o montante de R\$84.275, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M.

### 13. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
ICMS <sup>4</sup>	-	-	36.997	41.763
PIS e COFINS <sup>5</sup>	-	-	415	399
IRPJ e CSLL <sup>6</sup>	2.128	4.001	143.390	27.562
Outros	101	101	3.533	2.884
<b>Total</b>	<b>2.229</b>	<b>4.102</b>	<b>184.335</b>	<b>72.608</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.229</b>	<b>4.102</b>	<b>156.330</b>	<b>53.876</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.005</b>	<b>18.732</b>

### 14. Transações com Partes Relacionadas

<sup>4</sup> Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

<sup>5</sup> Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

<sup>6</sup> Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



## a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	<b>4.262</b>
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
	<b>4.262</b>

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
<b>Em 30 de setembro de 2014</b>	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.	368
	<b>368</b>
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.	-
	<b>-</b>

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
					Outros Passivos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>					
Governo do Estado de SC					
ICMS	101.718	41.763	-	-	-
Contas a Receber	-	-	7.232	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	15.106
	<b>101.718</b>	<b>41.763</b>	<b>7.232</b>	<b>4.262</b>	<b>15.106</b>
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>					
Governo do Estado de SC					
ICMS	153.843	36.997	-	-	-
Contas a Receber	-	-	7.130	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
Celos	-	-	-	-	10.121
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
	<b>153.843</b>	<b>36.997</b>	<b>7.130</b>	<b>4.750</b>	<b>10.121</b>



			Consolidado
Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
<b>Em 30 de setembro de 2014</b>			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.006.905	-	-
Receita de Vendas	-	36.621	-
SC Parcerias S.A.	-	-	368
	<b>1.006.905</b>	<b>36.621</b>	<b>368</b>
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.553.420	-	-
Receita de Vendas	-	55.635	-
	<b>1.553.420</b>	<b>55.635</b>	

### (i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

### b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30de setembro 2015	30de setembro 2014	30de setembro 2015	30de setembro 2014
<b>Administradores</b>				
Honorários	4.513	3.453	4.513	3.453
Encargos Sociais	857	1.062	857	1.062
Outros	66	93	66	93
	<b>5.436</b>	<b>4.608</b>	<b>5.436</b>	<b>4.608</b>

## 15. Investimentos em Controladas e Coligadas





Descrição	Controladora		Consolidado	
	30de setembro 2015	31de dezembro 2014	30de setembro 2015	31de dezembro 2014
<b>Controladas</b>				
Celesc D	1.622.727	1.651.364	-	-
Celesc G	390.829	351.334	-	-
	<b>2.013.556</b>	<b>2.002.698</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>				
SCGÁS	78.570	84.717	78.570	84.717
ECTE	49.406	46.818	49.406	46.818
	<b>127.976</b>	<b>131.535</b>	<b>127.976</b>	<b>131.535</b>
<b>Coligadas</b>				
DFESA	18.742	26.689	18.742	26.689
SPEs <sup>7</sup>	-	-	39.217	37.397
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<b>18.742</b>	<b>26.689</b>	<b>57.959</b>	<b>64.086</b>
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>2.160.274</b>	<b>2.160.922</b>	<b>185.935</b>	<b>195.621</b>

### a) Informações sobre Investimentos

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2014						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.651.364	5.570.591	383.618
Celesc G	43.209	100%	100%	351.334	436.788	101.600
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242	72.525
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699	40.742
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897	43.756
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707	(2)
Em 30 de setembro de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.622.727	6.729.636	(10.415)
Celesc G	43.209	100%	100%	390.829	435.295	44.321
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	159.969	454.004	30.562
SCGÁS	45.476	17%	51%	216.042	403.284	(474)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	81.382	278.307	24.923
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)

<sup>7</sup> Sociedade de Propósito Específico.



Descrição	Consolidado				
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos
		Capital Social	Capital Votante		
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	151.586	422.242
SCGÁS	45.476	17%	51%	248.259	400.699
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	115.887	320.897
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.707
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,5%	32,5%	60.513	86.598
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.498	5.498
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.033	6.446
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.455	25%	25%	31.466	49.132
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	15.592	26.690
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	159.969	454.004
SCGÁS	45.476	17%	51%	216.042	403.284
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	81.382	278.307
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	33.803	61.524
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.537	5.537
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.042	6.455
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	32.592	58.369
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	19.450	44.166
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.334	11.573

## b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora				
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.651.364</b>	<b>351.334</b>	<b>46.817</b>	<b>84.718</b>	<b>26.689</b>
Dividendos e JCP Creditados	(18.222)	(4.826)	(6.850)	(4.966)	(13.687)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.101)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.415)	44.321	9.439	(81)	5.740
<b>Em 30 de setembro 2015</b>	<b>1.622.727</b>	<b>390.829</b>	<b>49.406</b>	<b>78.570</b>	<b>18.742</b>

Descrição	Consolidado			
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>46.817</b>	<b>84.718</b>	<b>26.689</b>	<b>37.397</b>
Integralizações	-	-	-	10.956
Dividendos Creditados	(6.850)	(4.966)	(13.687)	-
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.101)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.439	(81)	5.740	(851)
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	3
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>49.406</b>	<b>78.570</b>	<b>18.742</b>	<b>39.217</b>

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida Empresa.



## 16. Imobilizado

### a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado					
	Terre- nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Constru- ções	Máquinas e Equipamen- tos	Outros	Obras em Andamento
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.824</b>	<b>47.375</b>	<b>2.082</b>	<b>13.055</b>	<b>712</b>	<b>161.302</b>
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.081	65.343	1.711	161.302
Provisão para Perdas	(12.212)	(42.202)	(871)	(7.394)	(31)	-
Depreciação Acumulada	-	(95.447)	(10.128)	(44.894)	(968)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.824</b>	<b>47.375</b>	<b>2.082</b>	<b>13.055</b>	<b>712</b>	<b>161.302</b>
Adições	-	-	-	-	-	9.076
Baixas	-	-	-	-	-	(171)
Depreciação	(3.403)	(23.700)	(1.836)	(11.120)	(201)	-
(+/-) Transferências	-	383	-	421	(190)	(614)
Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	(60)	-	-
Realização de Provisão para Perdas	177	2.347	862	5.705	105	-
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>4.598</b>	<b>26.405</b>	<b>1.108</b>	<b>8.001</b>	<b>426</b>	<b>169.593</b>
Custo do Imobilizado	20.036	185.407	13.081	65.764	1.522	169.593
Provisão para Perdas (i)	(12.035)	(39.855)	(9)	(1.748)	73	-
Depreciação Acumulada	(3.403)	(119.147)	(11.964)	(56.015)	(1.169)	-
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>4.598</b>	<b>26.405</b>	<b>1.108</b>	<b>8.001</b>	<b>426</b>	<b>169.593</b>
Taxa Média de Depreciação	<b>58%</b>	<b>23%</b>	<b>34%</b>	<b>29%</b>	<b>35%</b>	<b>0%</b>

(i) A provisão para perdas registrada no montante de R\$53.574 em 30 de setembro de 2015 é resultado principalmente da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto) conforme decisão em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2012, mencionada na Nota Explicativa 1.1.

## 17. Intangível

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015
Amortizações		
Ágio Aquisição ECTE	7.960	(377)
		7.583



Consolidado						
Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Itens em Andamento	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>84.273</b>	<b>1.632</b>	<b>7.960</b>	<b>4.647</b>	<b>3.525</b>	<b>102.037</b>
Custo Total	976.820	2.720	14.248	6.279	3.525	1.003.592
Amortização Acumulada	(892.547)	(1.088)	(6.288)	(1.632)	-	(901.555)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>84.273</b>	<b>1.632</b>	<b>7.960</b>	<b>4.647</b>	<b>3.525</b>	<b>102.037</b>
Adições	5.472	-	-	212	320	6.004
Amortizações	(89.746)	(408)	(377)	(1.657)	-	(92.188)
Amortizações - Concessão Precária	(40.508)	-	-	-	-	(40.508)
Transferência Ativo Indenizatório - Concessão Precária (Nota 12)	349.600	-	-	-	-	349.600
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>309.091</b>	<b>1.224</b>	<b>7.583</b>	<b>3.202</b>	<b>3.845</b>	<b>324.945</b>
Custo Total	1.331.892	2.720	14.248	6.491	3.845	1.359.196
Amortização Acumulada	(1.022.801)	(1.496)	(6.665)	(3.289)	-	(1.034.251)
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>309.091</b>	<b>1.224</b>	<b>7.583</b>	<b>3.202</b>	<b>3.845</b>	<b>324.945</b>
Taxa Média de Amortização %	50%	15%	2%	26%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

#### a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

#### b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por



meio das Centrais Geradoras – PCH e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito. A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Em 30 de dezembro de 2014 foi emitido o Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 006/13, que alterou o regime de Exploração de Serviço Público de Energia para Produtor Independente de Energia Elétrica das UHE Caveiras e Palmeiras, passando a serem reguladas por tal contrato.

A contrapartida do total dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização em julho de 2015 foi de R\$197,3. Com o final da concessão em julho das PCHs Garcia e Ivo Silveira o valor mensal a partir de agosto é de R\$164,4 até dezembro de 2015. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 8,37%.

Centrais Geradoras	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
PCH Garcia	25,9	07/07/2015
PCH Ivo Silveira	6,9	07/07/2015
PCH Cedros	22,2	07/11/2016
PCH Salto	17,3	07/11/2016
PCH Bracinho	26,3	07/11/2016
UHE Palmeiras	31,7	07/11/2016
PCH Pery	51,4	09/07/2017
UHE Caveiras	4,7	10/07/2018
PCH Celso Ramos	10,9	17/03/2035

## 18. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

### a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de	31 de	30 de	31 de	30 de	31 de
	setembro	dezembro	setembro	dezembro	setembro	dezembro
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para Contingências	126.049	124.917	-	-	126.049	124.917
Provisão para Perdas em Ativos	68.094	70.381	-	-	68.094	70.381
Benefício Pós-Emprego	215.601	239.968	-	-	215.601	239.968
Custo Atribuído	-	-	33.517	37.593	(33.517)	(37.593)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	28.934	28.934	-	-	28.934	28.934
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	63.044	70.880	(63.044)	(70.880)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	77.680	87.334	(77.680)	(87.334)
Parcela A - CVA	3.664	9.593	143.823	162.785	(140.159)	(153.192)
Outras Provisões	-	-	708	545	(708)	(545)
	<b>442.342</b>	<b>473.793</b>	<b>318.772</b>	<b>359.137</b>	<b>123.570</b>	<b>114.656</b>

Descrição	Consolidado	
	30 de	31 de
	setembro	dezembro
	2015	2014
Ativo	137.218	130.068
Passivo	(13.648)	(15.412)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>123.570</b>	<b>114.656</b>

## b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2015 são:



Ano	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
2015	51.467	82.918
2016	40.261	40.261
2017	40.261	40.261
2018	48.522	48.522
Acima de 2018	261.831	261.831
<b>Total</b>	<b>442.342</b>	<b>473.793</b>

### c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Lucro antes do IRPJ e a CSLL</b>	<b>29.060</b>	<b>29.354</b>	<b>33.143</b>	<b>107.323</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e SCLL</b>	<b>(9.880)</b>	<b>(9.980)</b>	<b>(11.269)</b>	<b>(36.490)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	16.661	16.536	4.844	8.830
Benefício Fiscal	-	-	-	256
Incentivo Fiscal	-	-	(87)	(11)
Juro sobre Capital Próprio	(412)	-	(412)	-
Provisões Indedutíveis	(9)	(432)	(9)	(1.312)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.940)	3.065
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(6.570)	(5.934)	(16.135)	(5.934)
Participação dos Administradores	(124)	(192)	(146)	(192)
Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	(44.432)
Outras Adições (Exclusões)	334	2	22.071	(1.749)
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.083)</b>	<b>(77.969)</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.997)</b>	<b>(45.487)</b>
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.914</b>	<b>(32.122)</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-12,32%</b>	<b>-72,65%</b>

### d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei Federal nº



12.973, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Administração concluiu a análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei e concluiu que a sua adoção antecipada não teria impactos relevantes em suas Demonstrações Financeiras, decidindo pela adoção antecipada, da referida Lei, dentro dos prazos previstos para a opção, na Celesc.

A Administração, no entanto, não efetuou a adoção antecipada para a Celesc D e Celesc G, tendo a obrigatoriedade de adoção a partir de 01 de janeiro de 2015.

A Celesc D e Celesc G vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

## 19. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Energia Elétrica	517.536	561.962
Encargos de Uso da Rede Elétrica	36.237	37.959
Materiais e Serviços	64.972	80.651
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	22.816	8.771
	<b>641.561</b>	<b>689.343</b>

## 20. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	431.530	375.932
Empréstimos Bancários (b)	7,55 a.a.	-	9.950
Eletrobras (c)	5,00 a.a.	101.132	135.861
Finame (d)	2,5 a 8,7 a.a.	33.839	34.722
<b>Total</b>		<b>566.501</b>	<b>556.465</b>
<b>Circulante</b>		<b>198.455</b>	<b>322.586</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>368.046</b>	<b>233.879</b>



#### **a) Empréstimos Bancários**

Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$90 milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300 milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100 milhões junto ao Banco do Brasil para Capital de Giro. O pagamento será em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencível a primeira em 07 de fevereiro de 2016 com liquidação em 07 de janeiro de 2018, com encargos financeiros de 110% da taxa média CDI, sendo calculados por dias úteis (ano de 252 dias úteis).

Em 27 de abril de 2015, foi repactuado junto a Caixa Econômica Federal - CEF, o empréstimo para capital de giro, com prazo de pagamento alongado para 38 meses, carência de 8 (oito) meses e amortização mensal após carência. O referido empréstimo é garantido por recebíveis (duplicatas).

#### **b) Empréstimos Bancários**

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a.. Este contrato foi liquidado no primeiro trimestre de 2015.

#### **c) Eletrobras**

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%, oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

#### **d) Finame**

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e poderão ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.



## 20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Ano 2016	50.432	153.215
Ano 2017	201.292	30.924
Ano 2018	85.418	20.883
Ano 2019	14.984	14.617
Ano 2020	6.908	6.541
Ano 2021 +	9.012	7.699
	<b>368.046</b>	<b>233.879</b>

## 20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>322.586</b>	<b>233.879</b>	<b>556.465</b>
Ingressos	-	402.940	402.940
Encargos Provisionados	54.256	-	54.256
Transferências	268.773	(268.773)	-
Amortizações de Principal	(393.394)	-	(393.394)
Pagamentos de Encargos	(53.766)	-	(53.766)
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>198.455</b>	<b>368.046</b>	<b>566.501</b>

## 21. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.



Em reunião no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos referentes a segunda emissão de Debêntures na Celesc D. O contrato foi assinado no valor de R\$300 mil sendo emitidas 3 mil Debêntures ao valor nominal unitário de R\$100.

As novas debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, tem prazo de vigência de doze meses a partir da data de emissão, vencendo em 10 de setembro de 2016. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, over extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano.

Ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

	Consolidado
Descrição	
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>302.888</b>
Ingressos	290.999
Atualização Monetária	34.038
Pagamentos de Encargos	(19.027)
Custos na Emissão de Debêntures	766
<b>Em 30 de setembro de 2015</b>	<b>609.664</b>
<b>Circulante</b>	<b>310.623</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>299.041</b>

## 22. Tributos e Contribuições Sociais

### a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
ICMS	-	-	153.843	101.718
PIS e COFINS	21	1.336	502	25.374
IRPJ e CSLL	-	-	13.436	33.374
Outros	100	90	7.208	8.822
<b>Circulante</b>	<b>121</b>	<b>1.426</b>	<b>174.989</b>	<b>169.288</b>

## 23. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Programa de Eficiência Energética – PEE	160.346	152.825
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	70.826	65.565
Encargo Conta Bandeira Tarifária (i)	35.591	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	64.906	65.164
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	936.915	8.854
Reserva Global de Reversão – RGR	-	73
Uso do Bem Público	3.224	4.657
Outros	68.270	1.175
	<b>1.340.078</b>	<b>298.313</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.107.389</b>	<b>113.208</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>232.689</b>	<b>185.105</b>

(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer as Receitas com Bandeiras referente ao fornecimento não faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) Os valores mensais, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa.

A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

## 24. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	818	717	-	-
Cíveis	5.448	5.587	-	-
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	6.627
	<b>16.602</b>	<b>16.640</b>	<b>6.437</b>	<b>7.890</b>

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	26.855	29.392
Trabalhistas	41.980	43.254	46.211	64.738
Cíveis	59.554	49.689	149.673	132.137
Regulatórias	47.960	47.960	51.518	46.078
Ambientais	-	-	24.134	24.172
	<b>153.276</b>	<b>144.685</b>	<b>298.391</b>	<b>296.517</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2014	<b>16.640</b>	<b>7.890</b>	<b>144.685</b>	<b>296.517</b>
Adições	195	-	42.493	52.661
Baixas	(233)	(1.453)	(33.902)	(50.787)
Em 30 de setembro de 2015	<b>16.602</b>	<b>6.437</b>	<b>153.276</b>	<b>298.391</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

#### a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

## **b) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Em 14 de agosto de 2015 foi publicada a decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, a qual determinou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E deveria ser o fator de atualização dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho, devendo prevalecer a partir de 30 de junho de 2009.

Diante deste cenário, foi ajuizada a Reclamação Constitucional com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal – STF, pleiteando a suspensão de eficácia da decisão proferida pelo TST. Em 14 de outubro de 2015 o STF proferiu decisão deferindo a liminar pleiteada, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST e da tabela única editada pelo CSJT, determinando, ainda, que o TST preste os esclarecimentos necessários. A Administração da Companhia avalia que o assunto ainda carece de definição por parte do Judiciário e está acompanhando o seu desfecho.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## **c) Contingências Cíveis**

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

## **d) Contingências Regulatórias**

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

#### e) Contingências Ambientais

Em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental nº 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

#### f) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Tributárias (i)	2.253	2.383
Trabalhistas (ii)	11.977	5.443
Cíveis (iii)	48.408	38.210
Regulatórias (iv)	31.746	14.877
Ambientais (v)	16.228	16.218
	<b>110.612</b>	<b>77.131</b>

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.



#### iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

#### v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

### 25. Passivo Atuarial

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro 2015</b>	<b>31 de dezembro 2014</b>
<b>Obrigações Registradas</b>		
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>710.739</b>	<b>703.923</b>
Plano Misto/Transitório (a)	710.739	703.923
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>430.034</b>	<b>499.196</b>
Plano Celos Saúde (b)	295.035	316.689
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	104.104	151.060
Outros Benefícios (d)	30.895	31.472
<b>Total</b>	<b>1.140.773</b>	<b>1.203.144</b>
<b>Circulante</b>	<b>176.022</b>	<b>170.853</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>964.751</b>	<b>1.032.291</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

#### a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.





Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativos aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### **b) Plano Celos Saúde**

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

#### **c) Programa de Demissão Voluntária – PDV**

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de setembro de 2015 a Celesc D havia quitado o débito com 285 beneficiários.

#### **d) Outros Benefícios**

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

### **25.1. Resultados da Avaliação Atuarial**



### a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.423.843</b>	<b>694.101</b>	<b>232.467</b>	<b>10.803</b>	<b>223.750</b>	<b>8.371</b>	<b>29.041</b>
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	4.037	-	(24.759)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	154.168	73.846	23.089	601	20.290	925	3.196
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(10.929)	(85.288)	(346)	(4.098)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	86.313	11.519	148.526	(475)	(7.691)	399	1.927
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.560.983</b>	<b>707.232</b>	<b>354.789</b>	<b>-</b>	<b>151.061</b>	<b>9.349</b>	<b>30.066</b>

### b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.185.760</b>	<b>333.797</b>	<b>35.600</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.730</b>	<b>-</b>
Benefícios Pagos no Ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	-	-	(346)	-
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	31.119	32.495	38.268	-	-	-	-
Juros sobre Ativo	129.622	35.484	4.281	-	-	864	-
Ganho/Perda sobre os Ativos	23.445	(27.819)	(15.513)	-	-	(277)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.262.568</b>	<b>301.723</b>	<b>38.102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.971</b>	<b>-</b>

### c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>238.083</b>	<b>360.304</b>	<b>196.867</b>	<b>10.803</b>	<b>223.750</b>	<b>641</b>	<b>29.041</b>
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	<b>1.560.982</b>	<b>707.232</b>	<b>354.791</b>	<b>-</b>	<b>151.060</b>	<b>9.350</b>	<b>30.093</b>
Benefícios Concedidos	1.299.073	707.232	336.991	-	151.060	1.453	28.036
Benefícios a Conceder	261.909	-	17.800	-	-	7.897	2.057
Valor justo dos ativos	(1.262.568)	(301.723)	(38.102)	-	-	(7.971)	-
<b>Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>298.414</b>	<b>405.509</b>	<b>316.689</b>	<b>-</b>	<b>151.060</b>	<b>1.379</b>	<b>30.093</b>

### d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
Plano Transitório	31.935	25.178
Plano Misto	26.597	17.318
Plano Pecúlio	2.399	2.443
PDVI 2002	-	451
PDVI 2012	9.704	15.218
Plano Médico	8.708	(4.462)
	<b>79.343</b>	<b>56.146</b>



### e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram as seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2014
Taxa de Desconto	10,93%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	10,93%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	10,77%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	98,00%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	98,00%

### f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2014
Mortalidade Geral	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média agravada em 25%

### g) Despesa Estimada para o Exercício de 2015

A estimativa da despesa para o exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2015
Plano Transitório	42.580
Plano Misto	35.463
Plano Pecúlio	132
PDV 2012	12.939
Plano Médico	11.609
Outros Benefícios	3.067
	<b>105.790</b>

### h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Outros Benefícios	Total
<b>Em 31 dezembro de 2014</b>	<b>703.923</b>	<b>316.689</b>	<b>151.060</b>	<b>31.472</b>	<b>1.203.144</b>
Pagamento	(51.716)	(30.361)	(56.660)	(2.977)	(141.714)
Provisão	58.532	8.707	9.704	2.400	79.343
<b>Em 30 setembro de 2015</b>	<b>710.739</b>	<b>295.035</b>	<b>104.104</b>	<b>30.895</b>	<b>1.140.773</b>



## 26. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 30 de abril de 2015, na Assembleia Geral e Ordinária, os acionistas ratificaram a decisão do Conselho de Administração que aprovou o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado no estatuto social, com capitalização de parte da reserva de lucros sem emissão de novas ações.

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Investimento em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Geração L Par Fundo de Investimento	257.600	1,65	2.400.000	10,42	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	993.152	6,40	12.928.682	51,01	12.748.534	33,06
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

### b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(28.398) em 30 de setembro de 2015 e R\$(20.485) em 31 de dezembro de 2014, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30 de setembro 2015	31 de dezembro 2014
Deemed Cost – Celesc G	65.062	72.975
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(93.460)	(93.460)
	<b>(28.398)</b>	<b>(20.485)</b>

### c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período apresentado.



Em 30 de setembro de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2014 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

#### d) Composição do Lucro Básico

	Consolidado	
	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Média ponderada de ações (milhares):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas - PN	23.044	23.044
<b>Lucro básico por ação atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	0,7109	0,7181
Ações Preferenciais Nominativas - PN	0,7820	0,7899
<b>Lucro básico atribuído aos acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas - ON	11.039	11.150
Ações Preferenciais Nominativas - PN	18.022	18.204
	<b>29.060</b>	<b>29.354</b>

## 27. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Consolidado	
			Vigência	Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2015	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2014 à 15.05.2016	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2015 a 08.06.2016	18.768

(i) Informações não revisadas

## 28. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, são as seguintes:



30 de setembro de 2015					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	4.960.962	98.847	(1.670)	5.058.139
Custo das Vendas	-	(4.723.986)	(46.437)	1.670	(4.768.753)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>236.976</b>	<b>52.410</b>	<b>-</b>	<b>289.386</b>
Despesas com Vendas	-	(133.877)	(543)	-	(134.420)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.165)	(234.734)	(7.040)	-	(264.939)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.453	62.794	(1.235)	-	63.012
Resultado de Equivalência Patrimonial	49.004	-	(851)	(33.906)	14.247
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>27.292</b>	<b>(68.841)</b>	<b>42.741</b>	<b>(33.906)</b>	<b>(32.714)</b>
Receitas Financeiras	3.276	258.082	13.632	(7.489)	267.501
Despesas Financeiras	(1.508)	(206.806)	(819)	7.489	(201.644)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>1.768</b>	<b>51.276</b>	<b>12.813</b>	<b>-</b>	<b>65.857</b>
<b>Lucro antes IRPJ e CSLL</b>	<b>29.060</b>	<b>(17.565)</b>	<b>55.554</b>	<b>(33.906)</b>	<b>33.143</b>
IRPJ e CSLL	-	7.150	(11.233)	-	(4.083)
<b>Lucro do Período</b>	<b>29.060</b>	<b>(10.415)</b>	<b>44.321</b>	<b>(33.906)</b>	<b>29.060</b>
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.430.624	6.729.636	435.295		
Total dos Passivos	82.358	5.106.909	44.466		

30 de setembro de 2014					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida - ROL	-	3.961.387	130.572	(1.416)	4.090.543
Custo das Vendas	-	(3.603.789)	(25.702)	1.416	(3.628.075)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>357.598</b>	<b>104.870</b>	<b>-</b>	<b>462.468</b>
Despesas com Vendas	-	(111.162)	(502)	-	(111.664)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.703)	(206.782)	(4.674)	-	(232.159)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	17	(47.348)	(979)	-	(48.310)
Resultado de Equivalência Patrimonial	48.635	-	(659)	(22.004)	25.972
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>27.949</b>	<b>(7.694)</b>	<b>98.056</b>	<b>(22.004)</b>	<b>96.307</b>
Receitas Financeiras	2.975	151.185	9.384	-	163.537
Despesas Financeiras	(1.570)	(148.524)	(2.434)	-	(152.529)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.405</b>	<b>2.661</b>	<b>6.950</b>	<b>-</b>	<b>11.016</b>
<b>Lucro antes IRPJ e CSLL</b>	<b>29.354</b>	<b>(5.033)</b>	<b>105.006</b>	<b>(22.004)</b>	<b>107.323</b>
IRPJ e CSLL	-	(43.533)	(34.436)	-	(77.969)
<b>Lucro do Período</b>	<b>29.354</b>	<b>(48.566)</b>	<b>70.570</b>	<b>22.004</b>	<b>29.354</b>
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.171.721	5.113.767	404.469		
Total dos Passivos	11.275	3.624.640	58.260		

## 28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.853.223	4.367.329
Suprimento de Energia Elétrica (a)	193.282	208.783
Disponibilização da Rede Elétrica	346.536	170.006
Arrendamento e Aluguéis	-	16.914
Renda de Prestação de Serviços	1.006	1.578
Energia Elétrica de Curto Prazo	321.831	411.909
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	50.898	-
Outras Receitas Operacionais	7.132	6.794
Doações e Subvenções (i)	387.581	305.028
Receita de Construção	284.972	219.342
	<b>8.446.461</b>	<b>5.707.683</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(1.553.420)	(1.006.905)
PIS	(134.035)	(88.174)
COFINS	(617.376)	(410.747)
Reserva Global de Reversão – RGR	(591)	(1.737)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(999.732)	(71.652)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(20.950)	(18.462)
Programa Eficiência Energética – PEE	(20.741)	(18.462)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.885)	-
Outros Encargos	(35.592)	(1)
	<b>(3.388.322)</b>	<b>(1.617.140)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.058.139</b>	<b>4.090.543</b>

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no terceiro trimestre de 2015 foi de R\$371.037. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$16.544.

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
Residencial	2.139.780	2.061.805	3.973.702	4.026.796	2.328.017	1.531.456
Industrial	101.910	99.691	3.458.355	3.576.035	2.069.338	1.276.829
Comercial	247.587	238.407	2.716.037	2.760.323	1.655.523	1.049.729
Rural	233.935	232.327	978.612	980.823	330.214	225.315
Poder Público	21.741	21.217	311.533	313.707	182.839	114.833
Iluminação Pública	593	573	435.226	425.831	165.019	95.660
Serviço Público	2.910	2.674	243.301	240.341	122.273	73.507
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.748.456</b>	<b>2.656.694</b>	<b>12.116.766</b>	<b>12.323.856</b>	<b>6.853.223</b>	<b>4.367.329</b>
Suprimento de Energia	83	86	1.350.410	1.163.972	193.282	208.783
<b>Total</b>	<b>2.748.505</b>	<b>2.633.960</b>	<b>13.467.176</b>	<b>13.487.828</b>	<b>7.046.505</b>	<b>4.576.112</b>

(i) Informações não revisadas



## 28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

30 de setembro de 2015					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.020.228	-	-	-	4.020.228
Pessoal (b)	233.962	95.226	39.257	12.184	380.629
Administradores	-	5.436	-	-	5.436
Despesa Atuarial	-	79.343	-	-	79.343
Entidade de Previdência Privada (b)	12.172	4.874	1.804	-	18.850
Material	9.501	4.140	1	-	13.642
Custo de Construção	284.972	-	-	-	284.972
Custos e Serviços de Terceiros	49.896	45.370	42.186	326	137.778
Depreciação e Amortização	156.329	16.250	-	-	172.579
Provisões Líquidas	(9.196)	-	(30.706)	1.934	(37.968)
Arrendamentos e Aluguéis	1.144	-	-	(69.050)	(67.906)
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	835	835
Outros Custos e Despesas	9.745	14.300	81.878	(9.241)	96.682
	<b>4.768.753</b>	<b>264.939</b>	<b>134.420</b>	<b>(63.012)</b>	<b>5.105.100</b>

30 de setembro de 2014					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.011.458	-	-	-	3.011.458
Pessoal (b)	202.186	78.662	27.682	12.575	321.105
Administradores	-	4.608	-	-	4.608
Despesa Atuarial	-	56.146	-	-	56.146
Entidade de Previdência Privada (b)	10.689	3.294	1.377	-	15.360
Material	11.462	4.121	3	-	15.586
Custo de Construção	219.342	-	-	-	219.342
Custos e Serviços de Terceiros	48.960	48.489	60.841	301	158.591
Depreciação e Amortização	137.763	24.700	-	-	162.463
Provisões Líquidas	(21.130)	-	733	12.677	(7.720)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	4.806	4.806
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	781	781
Outros Custos e Despesas	7.345	12.139	21.028	17.170	57.682
	<b>3.628.075</b>	<b>232.159</b>	<b>111.664</b>	<b>48.310</b>	<b>4.020.208</b>

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda





Descrição	30 de		Consolidado	
	setembro 2015	GWh (i)	setembro 2014	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	10.687	50	-	-
Aliança Geração de Energia S.A	16.830	207	-	-
Arembepe Energia S.A	-	-	110.620	180
Brentech Energia S.A.	19.078	37	22.281	37
BTG Pactual Comercializadora	44.231	127	-	-
Candeias Energia S.A.	9.087	24	13.841	24
Capitale Energia Comercializadora	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	115.279	545	117.863	720
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	742.730	3.023	370.884	3.084
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	9.363	77	-	-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	11.695	28	13.807	28
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	190.831	207	176.420	207
Centrais Elétricas Norte do Brasil	10.621	75	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	24.233	285	22.111	285
Companhia Energética de Petrolina – CEP	92.386	150	100.414	150
Companhia Energética de São Paulo – CESP	94.608	679	91.534	698
Companhia Energética Estreito	25.327	147	23.808	146
Companhia Energética Potiguar	88.953	100	69.809	100
Copel Geração e Transmissão S.A.	94.177	682	89.247	682
Eletrobras Termonuclear S.A.	83.311	541	82.597	539
Eletrosul Centrais Eletricas S/A	6.388	38	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	6.677	38	-	-
Energest S/A	6.271	41	-	-
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	-	-	99.869	180
Energética Suape II S.A.	47.995	152	89.118	152
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	9.886	102	29.873	102
Foz do Chapecó Energia S.A.	26.646	149	25.019	148
Furnas Centrais Elétricas S.A.	166.671	1.180	158.647	1.183
Geradora de Energia do Norte S.A.	10.125	27	12.649	27
Lages Bioenergética Ltda.	33.616	144	31.962	144
Linhares Geração S.A.	8.572	25	-	-
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	384.458	1.362	169.638	995
Pie - RP Termoeletrica S.A.	13.276	38	-	-
Porto do Pecem Geração de Energia	63.452	353	46.880	353
Rio PCHI S/A	6.948	39	-	-
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	6.580	37	-	-
Santo Antônio Energia S.A	91.225	802	53.373	488
	12.583	70		
Serra do Facão Energia S.A.			11.760	70
Tractebel Energia S.A.	322.758	2.049	302.958	2.033
Tradner Ltda	14.487	41	-	-
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	22.377	25	10.998	25
Usina Xavantes S.A - Aruanã	45.300	28	49.209	28
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	32.212	181	32.965	181
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-	(344.039)	-
Conta Bandeira Tarifária	60.622	-	-	-
Outros	136.688	838	156.417	1.192
	<b>3.219.240</b>	<b>14.743</b>	<b>2.242.532</b>	<b>14.181</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CP	349.000	-	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	437.132	790
Encargo de Uso da Rede Elétrica	361.305	-	239.246	-
Proinfa	90.683	308	92.548	192
	<b>800.988</b>	<b>308</b>	<b>768.926</b>	<b>982</b>
	<b>4.020.228</b>	<b>15.051</b>	<b>3.011.458</b>	<b>15.163</b>

(i) Informações não revisadas



## b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	14.169	12.992	200.932	175.612
Encargos Sociais	186	59	73.612	63.247
Participação nos Lucros e Resultados		-	19.164	9.491
Benefícios Assistenciais		-	25.850	20.336
Provisões e Indenizações	64	99	60.800	52.198
Outros	209	180	-	221
			271	
<b>Entidade de Previdência Privada</b>	-	-	18.850	15.360
	<b>14.628</b>	<b>13.330</b>	<b>399.479</b>	<b>336.465</b>

## 28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de Aplicações Financeiras	2.374	2.468	34.845	36.101
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	53.570	38.237
Variações Monetárias	-	-	14.099	4.239
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	47.638	-
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	13.050	11.700
Deságio Fornecedor	-	-	45	-
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	7.932	5.521
Renda de Dividendos	982	5	982	5
Juros sobre Capital Próprio	1.212	-	1.212	-
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(1.212)	-	(1.212)	-
Receita Financeira de VNR	-	-	93.523	61.138
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(176)	-	(3.077)	-
Outras Receitas Financeiras	96	502	4.894	6.603
	<b>3.276</b>	<b>2.975</b>	<b>267.501</b>	<b>163.544</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	-	-	(54.256)	(35.139)
IOF Sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-	(8.895)	(7.580)
Juros e Encargos com Debêntures	-	-	(34.038)	(24.990)
Custos com Emissão de Debêntures	-	-	(766)	-
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(65.739)	(6.227)
Variações Monetárias	-	-	(1.649)	(3.712)
Amortização do Ágio	(1.478)	(1.478)	(1.478)	(1.478)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(19.723)	(16.193)
Despesa Financeira de VNR	-	-	(9.247)	(50.716)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(198)	-
Outras Despesas Financeiras	(30)	(92)	(5.655)	(13.844)
	<b>(1.508)</b>	<b>(1.570)</b>	<b>(201.644)</b>	<b>(152.528)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.768</b>	<b>1.405</b>	<b>65.857</b>	<b>11.016</b>



## 29. Informações Complementares da Celesc D

### 29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Circulante</b>	<b>3.302.454</b>	<b>5.007.858</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	755.011	287.715
Contas a Receber de Clientes	1.306.403	1.005.378
Estoques	8.030	8.638
Tributos a Recuperar	147.985	49.473
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	512.664	240.635
Ativo Financeiro - Parcela A	412.231	450.566
Ativo Indenizável – Concessão	-	2.890.451
Outros Créditos	160.130	75.002
<b>Não Circulante</b>	<b>3.427.182</b>	<b>369.293</b>
Contas a Receber de Clientes	17.302	6.398
Tributos Diferidos	137.218	130.068
Tributos a Recuperar	27.803	18.595
Depósitos Judiciais	136.568	127.956
Ativo Indenizável – Concessão	2.797.545	-
Outros Créditos	1.655	2.003
<b>Intangível</b>	<b>309.091</b>	<b>84.273</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>6.729.636</b>	<b>5.377.151</b>
<b>Passivo</b>	<b>30 de setembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.834.241</b>	<b>1.689.738</b>
Fornecedores	632.199	687.537
Empréstimos e Financiamentos	198.455	322.586
Debêntures	310.623	4.120
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	145.916	119.727
Tributos e Contribuições Sociais	160.737	131.987
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	54.666	91.109
Taxas Regulamentares	1.105.160	110.852
Previdência Privada	10.121	15.106
Passivo Atuarial	176.003	170.828
Outros Passivos	40.361	35.886
<b>Não Circulante</b>	<b>2.272.668</b>	<b>2.036.049</b>
Empréstimos e Financiamentos	368.046	233.879
Debêntures	299.041	298.768
Taxas Regulamentares	231.439	182.537
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	117.489	-
Passivo Atuarial	964.751	1.032.291
Provisão para Contingências	289.426	286.099
Outros Passivos	2.476	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.622.727</b>	<b>1.651.364</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	673.012	691.234
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(93.460)	(93.460)
Lucros / Prejuízos acumulados	(10.415)	-
	<b>6.729.636</b>	<b>5.377.151</b>



(i) A ANEEL por meio do Despacho nº 610 de 6 de março de 2015, anuiu a minuta do Contrato de Mútuo entre a Celesc D e a Celesc G, com prazo de vigência de até 24 meses no montante de R\$110.000. Em reunião ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou o Contrato de Mútuo e o repasse de recursos da Celesc G à Celesc D. O contrato entre as partes foi assinado em 24 de março de 2015, no valor de R\$110.000, com vigência de 2 anos a partir da data de assinatura. Os encargos financeiros a serem acrescidos serão o IOF e a variação da Selic.

## 29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>4.960.962</b>	<b>3.961.387</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	4.625.092	3.742.045
Parcela A - CVA	50.898	-
Receita de Construção	284.972	219.342
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(4.723.986)</b>	<b>(3.603.789)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(4.439.014)	(3.384.447)
Custo de Construção	(284.972)	(219.342)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>236.976</b>	<b>357.598</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(305.817)</b>	<b>(365.292)</b>
Despesas com Vendas	(133.877)	(111.162)
Despesas Gerais e Administrativas	(234.734)	(206.782)
Outras Despesas Operacionais	62.794	(47.348)
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(68.841)</b>	<b>(7.694)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>51.276</b>	<b>2.661</b>
Receitas Financeiras	258.082	151.178
Despesas Financeiras	(206.806)	(148.524)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(17.565)</b>	<b>(5.033)</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(7.150)</b>	<b>(43.533)</b>
Corrente	-	(38.151)
Diferido	7.150	(5.382)
<b>Lucro do Período</b>	<b>(10.415)</b>	<b>(48.566)</b>



### 29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.801.930	4.332.710
Suprimento de Energia Elétrica (a)	137.415	102.585
Ativos e Passivos Financeiros	50.898	-
Disponibilização da Rede Elétrica	348.206	171.422
Energia de Curto Prazo	321.831	411.909
Outras Receitas Operacionais	8.138	25.286
Doações e Subvenções	387.581	305.028
Receita de Construção	284.972	219.342
	<b>8.340.971</b>	<b>5.568.282</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(1.553.420)	(1.006.905)
PIS	(132.785)	(87.657)
COFINS	(611.615)	(403.756)
ISS	-	(1)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(999.732)	(71.652)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(20.741)	(18.462)
Programa Eficiência Energética – PEE	(20.741)	(18.462)
Taxa Fiscalização - ANEEL	(5.383)	-
Outros Encargos	(35.592)	-
	<b>(3.380.009)</b>	<b>(1.606.895)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>4.960.962</b>	<b>3.916.387</b>

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Residencial	2.139.780	2.061.805	3.973.702	4.026.796	2.328.017	1.531.456
Industrial	101.891	99.680	3.247.374	3.415.046	2.018.045	1.252.212
Comercial	247.587	238.406	2.716.037	2.693.558	1.655.523	1.039.727
Rural	233.935	232.327	978.612	980.823	330.214	225.315
Poder Público	21.741	21.217	311.533	313.707	182.839	114.833
Iluminação Pública	593	573	435.226	425.831	165.019	95.660
Serviço Público	2.910	2.674	243.301	240.341	122.273	73.507
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.748.437</b>	<b>2.656.682</b>	<b>11.905.785</b>	<b>12.096.102</b>	<b>6.801.930</b>	<b>4.332.710</b>
Suprimento de Energia	46	46	1.133.563	950.311	137.415	102.585
<b>Total Geral</b>	<b>2.748.483</b>	<b>2.656.728</b>	<b>13.039.348</b>	<b>13.046.413</b>	<b>6.939.345</b>	<b>4.435.295</b>

(i) Informações não revisadas

**29.2.2. Custos e Despesas Operacionais****30 de setembro de 2015**

<b>Descrição</b>	<b>Custo de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas Vendas</b>	<b>Outras Despesas / Receitas Líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia Elétrica Comp. Revenda	4.013.220	-	-	-	4.013.220
Pessoal	229.653	76.043	39.040	12.184	356.920
Administradores	-	-	-	-	-
Despesa Atuarial	-	79.343	-	-	79.343
Entidade de Previdência Privada	12.172	4.874	1.804	-	18.850
Material	9.331	3.798	1	-	13.130
Custo de Construção	284.972	-	-	-	284.972
Custo e Serviços de Terceiros	46.918	41.823	41.903	326	130.970
Depreciação e Amortização	114.547	15.707	-	-	130.254
Provisões Líquidas	-	-	(30.706)	3.327	(27.379)
Outros Custos de Despesas	13.173	13.146	81.835	(78.631)	29.523
	<b>4.723.986</b>	<b>234.734</b>	<b>133.877</b>	<b>(62.794)</b>	<b>5.029.803</b>

**30 de setembro de 2014**

<b>Descrição</b>	<b>Custos de Bens e/ou Serviços</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Despesas Vendas</b>	<b>Outras Despesas/ Receitas Líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.011.180	-	-	-	<b>3.011.180</b>
Pessoal	197.215	61.983	27.514	12.575	<b>299.287</b>
Despesa Atuarial	-	56.146	-	-	<b>56.146</b>
Entidade Previdência Privada	10.689	3.294	1.377	-	<b>15.360</b>
Material	11.304	4.108	3	-	<b>15.415</b>
Custo de Construção	219.342	-	-	-	<b>219.342</b>
Custos e Serviços de Terceiros	47.290	45.919	60.551	301	<b>154.061</b>
Depreciação e Amortização	99.422	24.171	-	-	<b>123.593</b>
Provisões Líquidas	-	-	733	13.074	<b>13.807</b>
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	4.331	<b>4.331</b>
Outros Custos e Despesas	7.347	11.161	20.984	17.067	<b>56.559</b>
	<b>3.603.789</b>	<b>206.782</b>	<b>111.162</b>	<b>47.348</b>	<b>3.969.081</b>



### 30. Informações Complementares da Celesc G

#### 30.1. Balanço Patrimonial

<b>Ativo</b>	<b>30 de setembro 2015</b>	<b>31 de dezembro 2014</b>
<b>Circulante</b>	<b>59.443</b>	<b>157.067</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.098	145.158
Contas a Receber de Clientes	17.809	11.479
Estoques	164	72
Tributos a Recuperar	6.116	301
Outras contas a receber	256	57
<b>Não Circulante</b>	<b>375.852</b>	<b>279.721</b>
Tributos a Recuperar	202	137
Depósitos Judiciais	106	89
Partes Relacionadas	117.977	-
Investimentos	39.217	37.397
Imobilizado	210.079	232.294
Intangível	8.271	9.804
<b>Total do Ativo</b>	<b>435.295</b>	<b>436.788</b>
<b>Passivo</b>	<b>30 de setembro 2015</b>	<b>31 de dezembro 2014</b>
<b>Circulante</b>	<b>27.040</b>	<b>64.946</b>
Fornecedores	9.474	1.680
Tributos e Contribuições Sociais	14.131	35.875
Taxas Regulamentares	2.229	2.356
Outros Passivos	1.206	905
Dividendos Propostos	-	24.130
<b>Não Circulante</b>	<b>17.426</b>	<b>20.508</b>
Tributos Diferidos	13.648	15.412
Provisão para Contingências	2.528	2.528
Taxas Regulamentares	1.250	2.568
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>390.829</b>	<b>351.334</b>
Capital Social Realizado	145.532	128.000
Reservas de Lucro	128.001	150.359
Ajuste de Avaliação Patrimonial	65.062	72.975
Lucros Acumulados	52.234	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>435.295</b>	<b>436.788</b>



### 30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>		
Receita	98.847	130.572
<b>Custos Operacionais</b>		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(46.437)	(25.702)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>52.410</b>	<b>104.870</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(9.669)</b>	<b>(6.814)</b>
Despesas com Vendas	(543)	(502)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.040)	(4.674)
Outras Despesas/Receitas Líquidas	(1.235)	(979)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(851)	(659)
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>42.741</b>	<b>98.056</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>12.813</b>	<b>6.950</b>
Receitas Financeiras	13.632	9.384
Despesas Financeiras	(819)	(2.434)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>55.554</b>	<b>105.006</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(11.233)</b>	<b>(34.436)</b>
Corrente	(12.997)	(40.465)
Diferido	1.764	6.029
<b>Lucro do Período</b>	<b>44.321</b>	<b>70.570</b>

#### 30.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2015	30 de setembro 2014
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	51.293	24.617
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	-	10.002
Suprimento de Energia Elétrica (a)	15.406	20.432
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	40.461	85.766
	<b>107.160</b>	<b>140.817</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
PIS	(1.250)	(1.517)
COFINS	(5.761)	(6.991)
Reserva Global de Reversão – RGR	(591)	(1.737)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(502)	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(209)	-
	<b>(8.313)</b>	<b>(10.245)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>98.847</b>	<b>130.572</b>





### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de	30 de
	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro	setembro
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>						
Industrial	19	11	210.981	160.989	51.293	24.617
Comercial, Serviços e Outros	-	1	-	66.765	-	10.002
Suprimento de Energia	39	40	59.298	83.107	15.406	20.432
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	157.549	130.554	40.461	85.766
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>52</b>	<b>427.828</b>	<b>441.415</b>	<b>107.160</b>	<b>140.817</b>

(i) Informações não revisadas.

### 30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.008	-	-	-	7.008
Pessoal	4.309	4.555	217	-	4.526
Material	170	342	-	-	512
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.670	-	-	-	1.670
Custos e Serviços de Terceiros	2.978	1.188	283	-	4.449
Depreciação e Amortização	41.782	539	-	-	42.321
Seguros	-	103	-	-	103
Provisões Líquidas	(9.196)	-	-	60	(9.136)
Tributos	(1.966)	77	43	-	(1.846)
Aluguéis	-	173	-	-	173
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	835	835
Outros Custos e Despesas	(318)	63	-	340	85
	<b>46.437</b>	<b>7.040</b>	<b>543</b>	<b>1.235</b>	<b>50.700</b>

Descrição	30 de setembro 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.694	-	-	-	1.694
Pessoal	4.971	3.349	168	-	8.488
Material	158	13	-	-	171
Custos e Serviços de Terceiros	1.670	575	290	-	2.535
Depreciação e Amortização	38.341	525	-	-	38.866
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	781	781
Provisões Líquidas	(21.130)	-	-	(397)	(21.527)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	475	475
Outros Custos e Despesas	(2)	212	44	120	374
	<b>25.702</b>	<b>4.674</b>	<b>502</b>	<b>979</b>	<b>31.857</b>

### 31. Evento Subsequente

#### 31.1 Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, ocorrida em 26 de outubro de 2015, foi aprovada a participação da Celesc G no Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas.

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218 de 15 de maio 2015, determinou a ANEEL promover Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas – UHE, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc G, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões.

Conforme regramento setorial, estabelecido pela Lei nº 12.783/2013, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG.

Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga em taxa de 9,04%. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga no valor de R\$ 228 milhões como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor será aquele que ofertar o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R\$/ano.

Atualmente a Companhia está avaliando as condições para oferta e participação no referido Leilão 12/2015 que ocorrerá no dia 25 de novembro de 2015, de acordo com a Portaria/MME nº 500 de 27 de outubro de 2015, para a nova outorga de concessão no regime de cotas.

As usinas geridas pela Celesc Geração que serão leiloadas no Lote C do Leilão 12/2015:

Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2016
PCH Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2016
PCH Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	07/07/2015
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2016
PCH Salto	Blumenau/SC	6,28	5,25	07/11/2016
<b>Total da Capacidade Instalada</b>		<b>63,20</b>	<b>44,60</b>	



### **31.2 Convocação para Assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999-ANEEL**

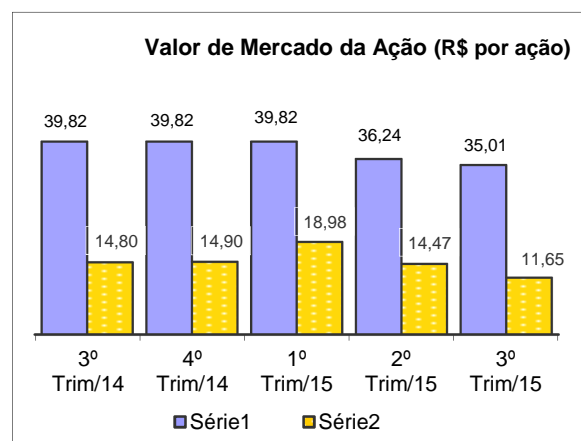
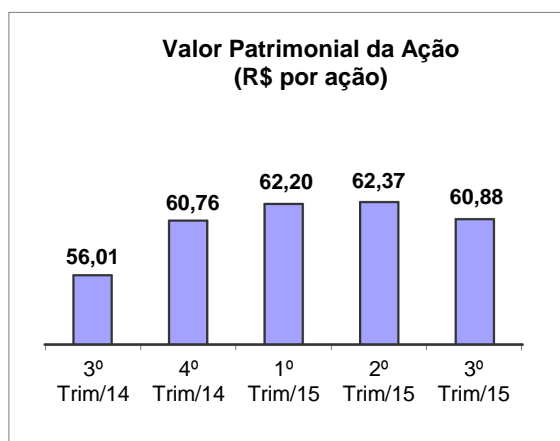
Em 11 de novembro de 2015 foi publicado, no Diário Oficial da União, o despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia deferindo o Requerimento para Prorrogação do Prazo da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica objeto do Contrato de Concessão nº 56/1999-ANEEL, celebrado entre a União e a Celesc D e convocando a Concessionária para assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no prazo máximo de trinta dias a partir da publicação do Despacho.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

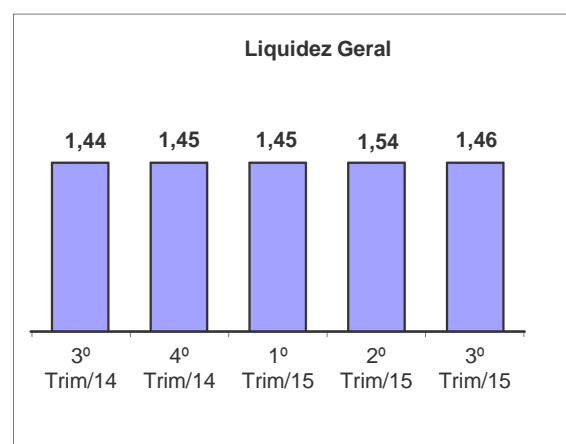
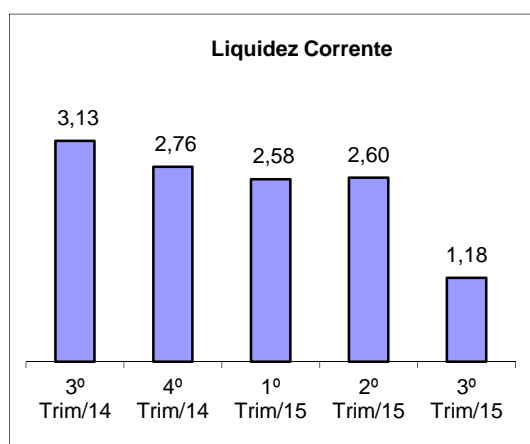


### 1. Indicadores Financeiros

#### 1.1. Patrimoniais



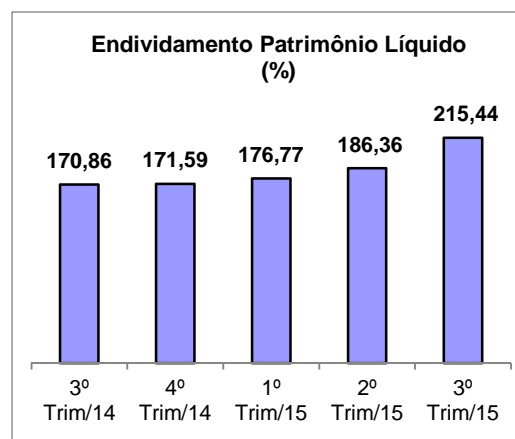
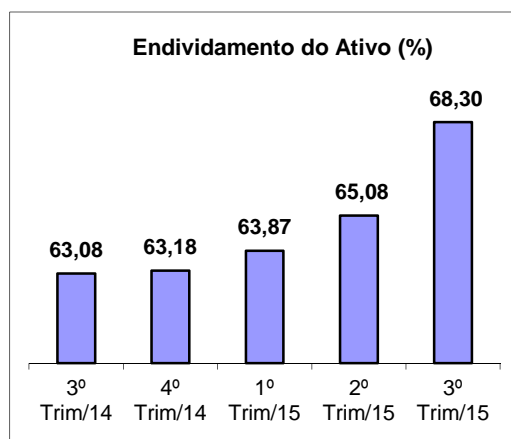
#### 1.2. Liquidez



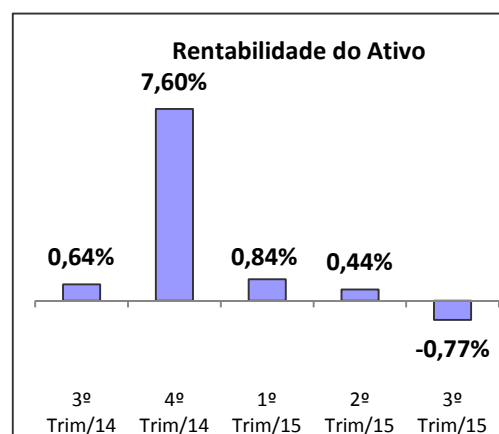
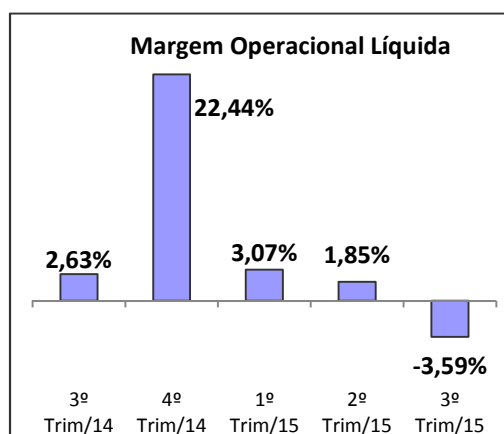
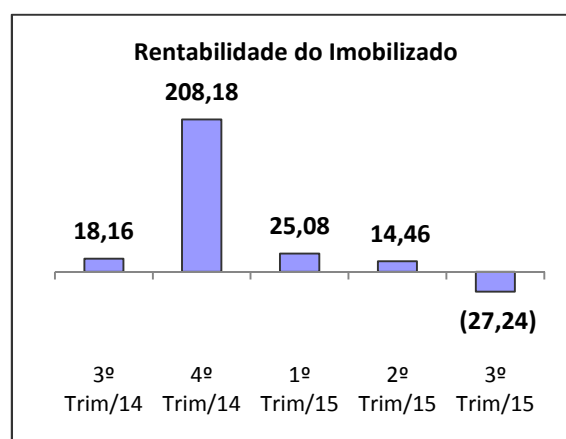
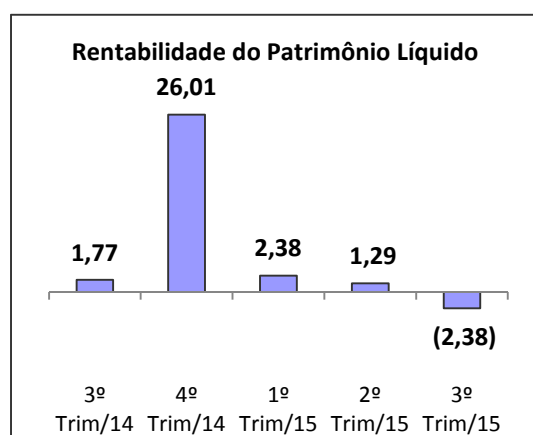
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### 1.3. Endividamento



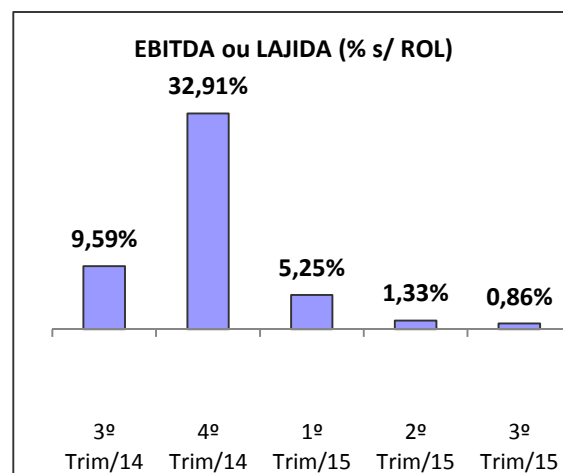
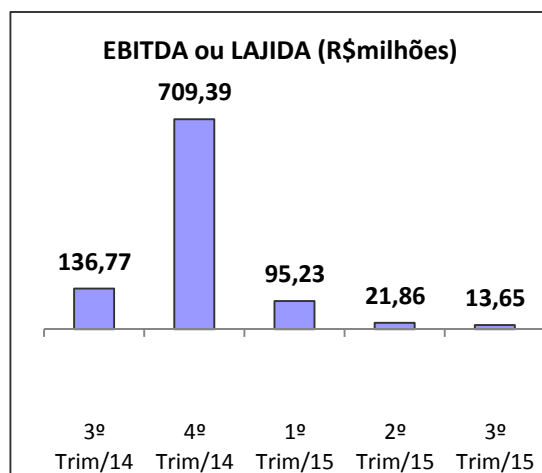
### 1.4. Rentabilidade



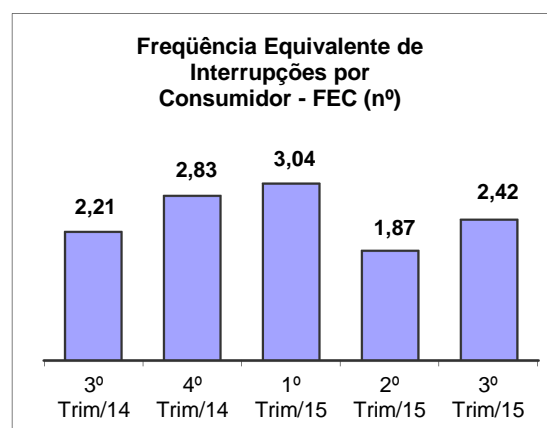
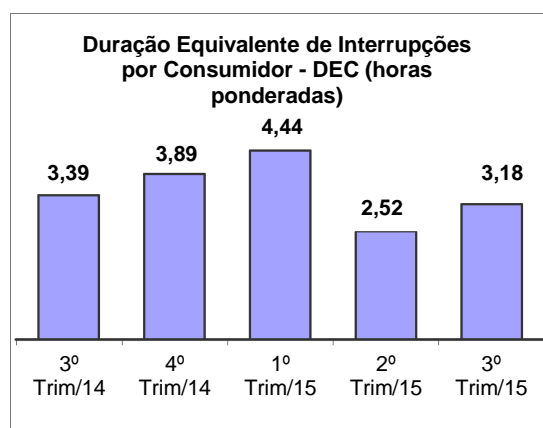
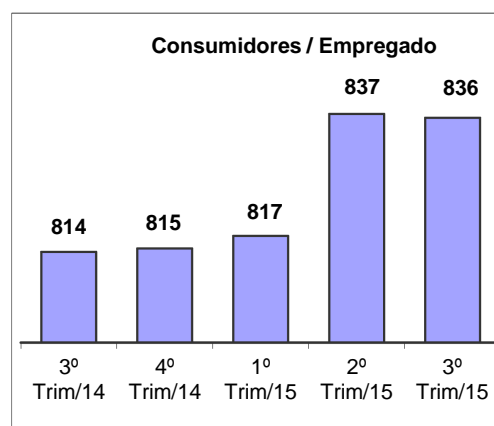
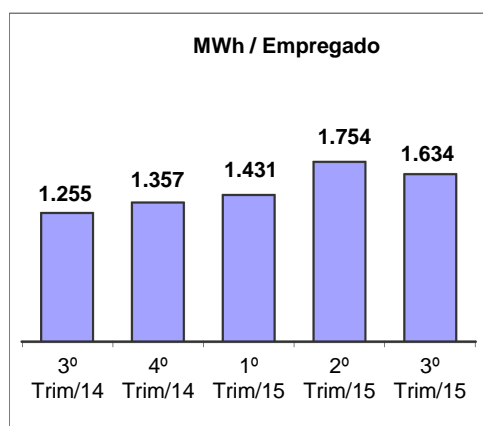
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



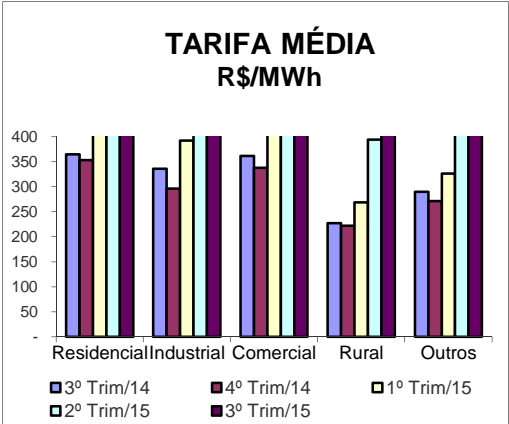
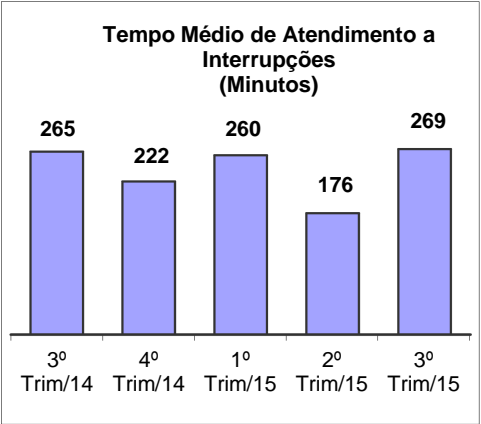
### 1.5. EBITDA ou LAJIDA



### 1.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### Continuidade normal das operações da Companhia

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 12 às informações financeiras intermediárias, a concessão para exploração das atividades da Companhia expirou em 7 de julho de 2015, quando passou a operar a concessão de forma precária até que Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) conclua sobre o pedido de prorrogação da concessão, protocolado pela Companhia a qual procedeu certas reclassificações contábeis em decorrência da revisão de suas estimativas relacionadas ao prazo para realização do ativo intangível e respectivo ativo financeiro da concessão. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade normal das operações da Companhia, pois a renovação da concessão depende de ato do Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, o qual contempla a realização de ativos, o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 11 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ricardo Schenk Duque

Auditores Independentes

Contador



CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC CRC n.º 1 RS-060.571/O-0

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

---

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

---

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

e Controle Interno

---

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

---

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

---

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

---

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

---

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

e Controle Interno

---

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento

---

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

---

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8